

**Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Governo Federal**

**Programa de Prevenção,
Assistência e Combate à Violência
Contra a Mulher - Plano Nacional**

Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero

Construindo políticas públicas

© 2003. Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração, distribuição e informações

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) – Presidência da República

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2^o andar, sala 206, cep 70047-900,

Brasília-DF, Fones 61 410-9377 e 410-9381 fax 61 410-9362 e 410 9355

e-mail spmulheres@spmulheres.gov.br

site: www.presidencia republica.gov.br/spmulheres

Disque-saúde Mulher: 0800 6440803

Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Emília Therezinha Xavier Fernandes

Secretária-Especial

Maria Laura Sales Pinheiro – Secretária-Adjunta

Claudio Milan Ignácio – Assessor Especial

Bernadete Maria Kozen – Chefe de Gabinete

Zuleide Araújo Teixeira – Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres

Suely de Oliveira – Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

Marlise Maria Fernandes – Subsecretária de Articulação Institucional

Organizadora: Márcia Camargo

Consultores: Benedito Medrado, Jorge Lyra, Heleieth Saffioti, Márcia Camargo, Sílvia de Aquino e Sueli Carneiro

Projeto Gráfico e editoração: Cristina Pozzobon

Agosto de 2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil)

Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero : construindo políticas públicas / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília : A Secretária, 2003.

68 p.

1. Violência contra a mulher. 2. Políticas públicas. 3. Violência doméstica. I. Título.

CDU : 396

*“Todas as mágoas são suportáveis
quando fazemos delas uma história
ou contamos uma história a seu respeito.”*

Isak Dinesen, citado por Hannah Arendt
em *A Condição Humana*



Sumário

1. Apresentação – Cada mulher brasileira, uma cidadã

Ministra Emilia Fernandes

2. Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero

Mulheres negras, violência e pobreza – Sueli Carneiro

Nos homens, a violência de gênero – Benedito Medrado e Jorge Lyra

Violência estrutural e de gênero – Mulher gosta de apanhar? – Heleieth Saffioti

3. Redes de cidadania e parcerias – Enfrentando a rota crítica

Delegacias: uma história de conquistas e aprendizados

Centros de Referência: saindo do isolamento

Márcia Camargo e Silvia de Aquino

4. Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres

Márcia Camargo e Silvia de Aquino

5. Consolidando as políticas públicas de combate a violência contra as mulheres

6. Protocolo: orientações e estratégias para a implementação de Casas-abrigo

Conceituação

Objetivo geral

Objetivos específicos

Metodologia da abordagem

Ações programáticas

Estratégias de ação

Considerações acerca do caráter sigiloso do endereço e da segurança

Padrão mínimo de implementação

Formulário de adequação ao protocolo de orientações e estratégias para a implementação de Casas-abrigo

Cada mulher brasileira, uma cidadã



Um dos graves problemas que atinge a humanidade é o fenômeno da violência. De uma forma geral, no mundo todo, a violência está entre as principais causas de morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos. O uso intencional da força física ou o abuso de poder, contra outra pessoa, grupo ou comunidade trazem impacto e conseqüências danosas para a humanidade. É necessário considerarmos que existem diferentes tipos e formas de violência – dirigida a si mesmo, interpessoal, ou coletiva. Entretanto, a violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres. Não podemos diluir a violência de gênero, nos casos gerais de violência e, mais exatamente, na violência urbana. Enquanto o homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, em geral praticada por outro homem, a mulher sofre a violência masculina, dentro de casa, no espaço privado e seu agressor, em geral, é (ou foi) o namorado, o marido, o companheiro ou o amante.

O fenômeno da violência de gênero, também chamada violência contra a mulher, acontece no mundo inteiro e atinge as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. A violência de gênero em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está ligado ao poder, onde de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação.

É importante ressaltar que independente do tipo de violência praticada contra a mulher todas têm como base comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade. São muitas as formas de violência de gênero: as desigualdades salariais; o assédio sexual no trabalho; o uso do corpo da mulher como objeto, nas campanhas publicitárias; o tratamento desumano que muitas recebem nos serviços de saúde. Todas representam uma violação aos direitos humanos e atingem a cidadania das mulheres. A violência de gênero, também conhecida como violência doméstica e sexual, aí incluídos o assédio moral e sexual e o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas, é ainda mal dimensionada, necessitando maiores investimentos em pesquisas e medidas legislativas e jurídicas adequadas.

A violência doméstica é reconhecida pela Constituição Federal do Brasil, em seu parágrafo 8º, art. 226, que diz: “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”.

O Brasil é signatário de vários acordos internacionais que remetem, direta ou indiretamente, à questão da violência de gênero. Tais compromissos firmados pelo governo brasileiro perante a comunidade internacional, em primeiro lugar, criam obrigações jurídicas para o país – são os tratados, acor-

dos, convenções ou atos internacionais – que exigem a ratificação para que entrem em vigor e sejam reconhecidos como uma obrigação do país. Através dos acordos dá-se efeito jurídico e força de obrigação aos direitos reconhecidos. Em segundo lugar, estão as conferências internacionais que, apesar de não criarem obrigação jurídica para o país, criam consenso internacional sobre as matérias discutidas e definem objetivos a todos, o que faz com que os países assumam a responsabilidade de implementar os princípios e programas aprovados pelas conferências como parte de suas políticas.

A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995) e a Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), tratam diretamente do tema da violência sexual, da violência de gênero e de todas as formas de discriminação contra a mulher, inclusive quanto a sua autonomia e direitos.

No governo Lula, cada Plataforma, cada Convenção e cada Tratado, vêm sendo incorporados ao fazer político de todos os órgãos do governo e, sobretudo, deverão fazer parte da vida real das mulheres.

Cada mulher brasileira, uma cidadã. Este é o compromisso emanado dos acordos internacionais e este é o nosso desafio. Para isso, é preciso desenvolver uma forte estratégia de políticas públicas que reconheçam as perdas e desvantagens que recaem sobre as mulheres por sua condição de gênero, por sua condição de pobreza, geracional, agravada para aquelas que têm a seu cargo a chefia da família, são portadoras de deficiência e, sobretudo, por sua condição de raça e etnia, nos casos das mulheres negras, indígenas e, estas mais que todas, atingidas fortemente pelas pressões de exploração econômica, migratória e sexual.

No início do governo Lula, em janeiro de 2003, foi constituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, da Presidência da República, com status de ministério, como referência governamental de elaboração e execução de políticas e articulações da igualdade de gênero no governo federal, que apresentou o primeiro Relatório à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o cumprimento do Brasil à Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, 1981), destacando o compromisso com o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher.

O enfrentamento à violência contra a mulher exige a soma de esforços entre os diversos segmentos da sociedade: entre os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário; governos estaduais e municipais; movimentos sociais, em especial, movimentos feministas, de mulheres e movimentos de direitos humanos.

O Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher traz um novo olhar governamental, garantindo ações articuladas entre os diversos Ministérios e Secretarias, construindo uma verdadeira rede de políticas em direção à cidadania.

Temos a certeza de que esta publicação inaugura um novo momento no enfrentamento à violência contra a mulher. É um compromisso do nosso governo construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as diferenças entre homens e mulheres não atuem como desigualdades.

Queremos um Brasil para todos e todas, onde cada mulher é uma cidadã.

Ministra Emília Fernandes
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Presidência da República

Mulheres negras, violência e pobreza

Sueli Carneiro

O que já sabemos sobre a violência contra a mulher? Sabemos que o espaço privado, familiar, que deveria constituir-se no refúgio de paz das famílias é, por excelência, o espaço em que a violência doméstica e sexual tem o seu ponto mais alto de incidência. Perpetradores ou agentes do abuso sexual na maioria absoluta dos casos são maridos, companheiros, pais, padrastos, tios, ou outros membros próximos da família. Sabemos também que o fenômeno da violência doméstica e sexual é absolutamente *democrático*, atravessando todas as classes sociais e grupos raciais. O diferencial nesses casos é que em geral as mulheres de baixa renda tendem a denunciar mais, enquanto que mulheres das classes média e alta tendem a evitar esse tipo de exposição. Os estudos sobre o tema revelam, também, que a maioria de agressores e vítimas são homens e mulheres brancos, quando tomamos como fonte os registros das instituições públicas de assistência às vítimas (Gonzalez, 1983; Meneghel, 2000), no entanto, carece-se de estudos mais aprofundados para poder assegurar-se que as mulheres negras são de fato menos agredidas e molestadas sexualmente do que as mulheres brancas ou se, em outra hipótese, denunciam menos os seus agressores.

É freqüente entre as mulheres negras a suposição de que as mulheres negras tendem a denunciar menos os seus agressores, sobretudo se negros. Elas tenderiam a protegê-los por medo dos estigmas que acompanham os homens negros na relação com os órgãos de repressão.

A ausência do recorte racial nesse tema tem postergado a análise e melhor compreensão das particularidades que o fenômeno pode adquirir quando relacionado especificamente ao grupo negro. É certo, porém, até onde as pesquisas avançaram nesse campo, que os homens negros, ao contrário do imaginário social estereotipado que os relaciona aprioristicamente a qualquer forma de violência, apresentam-se sub-representados entre os agressores, ao contrário de outros grupos raciais masculinos.

Considerando não ser este o enfoque principal deste artigo, ainda assim, é importante dialogar com opiniões que aderem à visão de que “a violência doméstica atinge mulheres de todas as raças, mas há um agravamento da violência doméstica quando a mulher é negra, pelo racismo que gera outras violências adicionais. Estatísticas americanas revelam que a taxa de homicídios para mulheres negras é de 12.3 para cada 100 mil assassinatos, enquanto que a taxa para mulheres brancas é de 2.9 para 100 mil. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas que



as mulheres brancas” (Ruffino, 1999).

Do lado da atenção às vítimas, sabemos que há insuficiência do sistema de saúde na sensibilização para diagnosticar e no treinamento para atender e encaminhar convenientemente mulheres nessa situação e ausência quase completa de abrigos para a proteção de mulheres em situação de risco. Os órgãos responsáveis pela proteção das vítimas e punição dos agressores – Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs), Institutos Médico-Legais (IMLs) e órgãos do judiciário, também têm encontrado fortes obstáculos ao cumprimento de sua função. A impunidade em relação aos crimes tem constituído incentivo a sua prática. A Lei 9099 rebaixou o status desses crimes ao nível de uma simples briga de trânsito; e as penalidades são correspondentes, limitando-se, na maioria das vezes, a uma mera cesta básica, o que é a medida do desprezo aos direitos humanos das mulheres.

Porém, as mulheres negras vêm há anos buscando alargar o conceito de violência contra a mulher, para além da agressão e do abuso sexual, pela introdução do conceito de violência racial entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

São suficientemente conhecidas de todas e todos nós, as condições históricas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. E sabemos que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação das mulheres do grupo derrotado pelo vencedor que melhor expressa a irreversibilidade da derrota. É a humilhação definitiva do derrotado e um momento emblemático de superioridade do vencedor. No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos sobre negras e indígenas é responsável por um dos pilares estruturantes da decantada democracia racial que é a miscigenação, e está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade, configurando aquilo que Angela Gilliam (Gilliam, 1996) define como “a grande teoria do esperma da formação nacional”, através da qual (1) “o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado; (2) a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; (3) a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada.”

Porém, o que poderia ser considerado estórias ou reminiscências do período colonial permanece atuante no imaginário social e se renova e adquire novas roupagens e novas funções numa ordem social supostamente democrática, mas que mantém intactos os papéis instituídos para as relações de gênero segundo a cor ou raça no período escravagista.

Esta tradição continua legitimando formas particulares de violências vividas presentemente por mulheres negras, dentre as quais destaca-se o turismo sexual e o tráfico de mulheres, temas que apresentam o corte racial como um marcador fundamental.

Pesquisas recentes vêm desvelando o grau de persistência da violência racial na violência de gênero (veja quadro no final do texto).

A pesquisadora Adriana Piscitelli (Piscitelli, 1996), no artigo *Sexo Tropical*, descreve o comportamento clássico do estrangeiro que vem *consumir* mulher brasileira. Diz ela: “eles chegam procurando mulheres, mas têm nítidas preferências: garotas muito jovens, mulatas ou negras”. Esse estilo de gosto não se limitaria aos europeus que chegam ao Brasil, os *exportadores* de meninas para o exterior afirmam que as meninas “mais morenas” conseguem

receber maiores salários no “Velho Continente” (Piscitelli, 1996, p.16). No entanto, nas reportagens sobre esta questão, “as poucas alusões à cor dos turistas são realizadas contrastando sua ‘brancura’ com a negritude das meninas” (Piscitelli, 1996, p. 17).

Destas meninas, segundo a autora, 60% têm entre 13 e 16 anos de idade. As mulheres envolvidas com o turismo sexual ou tráfico de mulheres são invariavelmente muito pobres e em geral foram vítimas de abuso sexual. Acham-se submetidas a condições de opressão e marginalização tão intensas que, mesmo conhecendo ou intuindo os riscos presentes nos envolvimento com estes homens estrangeiros, agem como se o que quer que venham a sofrer não possa ser pior do que o que já conhecem.

A entrevista recolhida pela autora de uma entrevistada por um veículo de comunicação é ilustrativa. Diz a entrevistada: “Em casa de família meu destino seria pior ainda. Iria ganhar um salário e teria que transar de graça com o patrão, normalmente um velho gordo e pelanqueiro. O pior que pode me acontecer é eu virar puta na Suíça. Pelo menos vou ganhar alguma coisa. No Brasil não ganho nada nem tenho como ganhar “ (Piscitelli, 1996, p. 21).

Esta fala coloca outro tema da violência de gênero - o assédio sexual. Embora pareça um debate novo em nossa sociedade, este tipo de relação faz parte também de nossa tradição cultural, que vem perpetuando até os nossos dias a prática, impunemente tolerada, de utilização das mulheres negras, especialmente as empregadas domésticas, como objetos sexuais, destinadas à iniciação sexual dos jovens patrões ou à diversão sexual dos mais velhos.

As entidades de defesa dos direitos das empregadas domésticas vêm, há tempos, denunciando a persistência deste tipo de abuso de poder sobre as empregadas no espaço de trabalho doméstico.

Este tipo de relação, de uso e abuso sexual das mulheres negras, deu origem a um dos grandes estereótipos que ainda estigmatizam as mulheres negras na sociedade brasileira, ou seja, o de mulheres sexualmente disponíveis, dotadas de uma superexcitação genética.

Lélia Gonzalez, em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, faz o seguinte relato, que mostra outra faceta desta questão:

“Não faz muito tempo que a gente estava conversando com outras mulheres, num papo sobre a situação da mulher no Brasil. Foi aí que uma delas contou uma história muito reveladora, que complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas... Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para logo apresentar os documentos...” (Gonzalez, 1983).

Note-se que estamos diante de um *continuum histórico* que, passando de mucama à doméstica, mantém a tradição de uso e abuso sexual da mulher negra, entendendo-se aqui por mulheres negras, todos os diferentes matizes com que as pessoas se autoclassificam ou são classificadas, porquê, embora as pessoas no Brasil tendam a se esconder ou negar a sua descendência negra, através dos vários artifícios de autoclassificação como pardo, moreno-claro, moreno escuro, mulatos etc., a imagem que o país tem no exterior é de um país de maioria negra. E esta é a imagem do Brasil que vende e é vendida lá fora: a de um país



culturalmente exótico em função desta maioria negra, porque para a maior parte dos países de primeiro mundo, alvo deste comércio, qualquer grau de mestiçagem com negros faz da pessoa um negro.

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos *menos humanos* do que outros e, portanto, se aceita complacientemente que estes *não sejam tratados como detentores de direitos*.

Esta visão se encontra tão naturalizada entre nós que atinge o próprio grupo negro, provocando nas mulheres negras uma auto-estima desvalorizada, que mesmo homens negros contribuem para agravar.

Com esta questão entramos no outro aspecto da violência racial na temática de gênero e da violência contra a mulher, que é a violência psicológica. Graves seqüelas na auto-estima das mulheres negras, advindas desta imagem desvalorizada, presente no imaginário social, encerram duas ordens diferentes de violência: uma oriunda da ideologia machista patriarcal, que concebe as mulheres em geral como objetos de propriedade masculina; a outra, de natureza racial, que institui a desvalorização das negras em relação às brancas, disponíveis e acessíveis a “precinhos módicos”.

Esta é a mesma opinião dos estrangeiros que aqui aportam na rota do turismo sexual, “quando falam das mulheres da Bahia, referem-se a elas como quentes, carinhosas e sensuais (...) algumas delas se satisfazem com uma simples lembrança”. Esta é uma citação do artigo *As mulatas que não estão no mapa, um outro estudo sobre o turismo sexual*, do autor Antonio Jonas Dias Filho, 1996, Salvador. Este autor aponta um outro aspecto do problema que estamos tratando, que é a questão da identidade racial das mulheres pesquisadas e como esta identidade é manipulada para atender às fantasias sexuais em relação ao exótico (Dias Filho, 1996), que estão presentes no turismo sexual e prestam-se, também, para promovê-lo e para ocultar a violência racial existente neste comércio.

Diz o autor: “As baianas são consideradas as morenas-jambo, por sua cor da pele”, e o artigo trata das mulheres negras e como o mercado de corpos interfere na construção de suas identidades, “criando sonhos e alimentando fantasias masculinas sobre a mulher brasileira” (Dias Filho, 1996, p.51).

O autor mostra como a denominação morena-jambo é uma construção do *sexmarketing* que envolve este comércio, fazendo parte de peças de propaganda governamental e de empresas de viagem, obrigando a mulheres a se redefinirem racialmente neste esquema de promoção. O autor afirma que essas mulheres “não escondem o fato de serem negras ou cafuzas, mas, como o produto morena-jambo, tem saída com os gringos, conforme palavras de uma delas, o jogo é aceito e, circunstancialmente, introjetado” (Dias Filho, 1996, p.57).

Estas identidades criadas com base num espectro cromático, que vai da preta à mestiça, passando por mulatas, pardas, morenas-jambo e tantas outras designações utilizadas em nossa sociedade, promovem, em primeiro lugar, a fragmentação da identidade racial negra, o que tem a função política de fragilizar o grupo negro, impedindo a sua unidade.

Em segundo lugar, entre as mulheres negras, estabelece-se outra hierarquia, tornando

as mais escuras mais desvalorizadas dentre o conjunto das mulheres, e as negras mais claras, o objeto sexual de segunda categoria, mais valorizado.

O impacto de todo este imaginário social sobre as mulheres negras é, como nos alerta Diva Moreira, “as mulheres negras se casam mais tardiamente, têm mais dificuldades em contrair segundas núpcias caso o parceiro morra ou as abandone e encontram mais dificuldades de acesso ao que os demógrafos chamam de mercado afetivo” (Moreira, 1998).

Outro resultado da pesquisa realizada por Diva Moreira sobre a rejeição das mulheres negras no mercado afetivo mostra que “as nossas adolescentes e jovens que se iniciam precocemente na sexualidade e engravidam, o fazem motivadas pela vontade de cativar o parceiro e de firmar com ele uma relação duradoura, se possível, eterna. O sonho da maioria de nossas mulheres é casar-se, ter um lar, filhos, um marido e pai carinhoso” (Moreira, 1998).

Estas mesmas características foram encontradas por Adriana Piscitelli e Antonio Jonas Dias Filho em suas pesquisas sobre as jovens e adolescentes envolvidas no turismo sexual. Sobre elas, um gringo diz: “Essas meninas não são prostitutas. Elas nos tratam com um carinho que jamais encontrei na Europa (Piscitelli, 1996, p.20). Outro afirma, (...) “não existem garotas como as morenas brasileiras, alegres e sensuais... elas são insuperáveis, novas, carinhosas, quentes e submissas. São as melhores do mundo, pois, além de serem ‘quentes’, mexem de uma maneira especial com os homens” (Dias Filho, 1996, p. 26). A explicação para uma performance tão especial talvez esteja nas palavras de uma destas meninas: “eles podem se engrajar pela gente e levar embora” (Dias Filho, 1996, p. 55). Outra afirma: “Um dia vou casar com um homem de olhos azuis. Casarei na Europa, onde os pais não costumam espancar os filhos. Terei uma casa grande, com jardim bonito e três filhos” (Piscitelli, 1996, p. 27). Outra encontrou o *príncipe encantado* “morou um tempo na Alemanha, com um homem que a levou para passar uma temporada. No entanto, ele encaminhou-a para a prostituição, obrigando-a a sair com outros homens” (Dias Filho, 1996, p. 54).

A consciência da desvalorização estética e conseqüente rejeição de que são vítimas no mercado afetivo interno, as condições de mulheres disponíveis neste mercado, de “graça” ou por um valor módico, a ausência de condições dignas de sobrevivência, que perpetua o destino herdado da escravidão, leva-as a projetarem, neste mundo distante e idealizado, habitado por ricos homens de olhos azuis, a concretização de uma abolição que de fato nunca conheceram, de tal forma que, também conscientes dos riscos que esta aventura contém, ela parece ser encarada como menos aterradora do que a realidade em que estão imersas. Por isso, I., aquela que o *príncipe encantado* prostituiu na Alemanha, e que de lá saiu com a ajuda de um francês, que havia conhecido em outro verão, “espera no momento permissão da embaixada para viajar e, segundo ela, se casar com este homem”.

Tratadas como antimusas da sociedade brasileira, são objetos privilegiados da fantasia racista e imperialista de homens brancos do primeiro mundo que, segundo Dias Filho, “os alemães, por exemplo, chegam a pagar, por um pacote de quinze dias, o equivalente a 10 mil marcos, para conhecer e namorar mulheres baianas, *preferencialmente* negras ou mulatas, que apresentem as características daquelas que lhes foram mostradas, em books, vídeos ou catálogos, por agenciadores do eixo Europa-Brasil” (Dias Filho, 1996, p. 57).

Diante do cenário aqui colocado resta perguntar: como é possível que o racismo, a



discriminação racial e a violência racial permaneçam como tema periférico no discurso, na militância e em boa parte das políticas sobre a questão da violência contra a mulher.

Só podemos atribuir isto à conspiração de silêncio que envolve o tema do racismo em nossa sociedade e à cumplicidade que todos partilhamos em relação ao mito da democracia racial e tudo o que ele esconde.

Na citação de Adriana Piscitelli (1996, p. 10 e 11), Alcoff e Potter “afirmam que a epistemologia feminista não pode ser considerada como se comprometendo com o gênero como eixo primário da opressão (...) ou colocando que o gênero é uma variável teórica que pode ser separada de outros eixos de opressão e é passível de uma análise única. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve defrontar virtualmente todas as formas de opressão”.

Deste ponto de vista, seria possível dizer que *um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais e pluriculturais, tem como principal eixo articulador o racismo e o seu impacto sobre as relações de gênero. Porém, em sociedades em que o contingente negro compõe, pelos critérios de classificação racial oficial, quase 50% da população, e que para os padrões de classificação racial internacional estaria muito acima de 50%, o problema do racismo adquire um caráter estrutural em qualquer análise das desigualdades existentes nessa sociedade. Um desafio para a prática e o discurso feminista no Brasil e, sobretudo para a formulação e implementação de políticas públicas capazes de erradicar as diferentes formas de violência que atingem as mulheres, em especial as negras em nossa sociedade.*

Que cara têm as mulheres de nosso país?

Historicamente, as políticas públicas para mulheres no Brasil, partem de uma visão universalista e generalizante de mulher, incapaz desse simples questionamento, *afinal que cara têm as mulheres deste país?*

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que historicamente justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras, ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, etc... Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados. Hoje empregadas domésticas de mulheres de classe média e alta, ou mulatas tipo exportação.

Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destinam a seguinte frase: “Exige-se boa aparência”.

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde em sua especificidade, porque o mito da democracia racial, presente em todos nós, torna desnecessária a coleta da cor dos pacientes nos formulários da rede de saúde, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois

sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde.

Atualmente, vários estudos já apontam as diferenças culturais e genéticas que trazem agravos à saúde das mulheres negras: maior incidência de mortalidade materna devida a complicações de pressão arterial (eclâmpsia), diabetes, anemia falciforme, deficits de nutrientes que agravam quadros específicos de adoecimento, condições adversas de trabalho, entre outras. Segundo a autora Fátima de Oliveira existem doenças/condições que incidem de forma diferenciada na população negra no Brasil, tais como, mortalidade precoce de afrodescendentes; diabetes tipo II; hipertensão arterial; miomas uterinos; anemia falciforme; deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase (G-6-PD); mortalidade infantil; mortalidade materna; síndromes hipertensivas na gravidez; raça e acesso às ações prioritárias nas agendas reprodutivas; dados de estudos sobre a lei de planejamento familiar; esterilização; cesária e quesito cor; violência, violência de gênero, recorte racial/ étnico e saúde; o Programa Estadual de Triagem Neonatal de Minas Gerais (PETN-MG); além de outras doenças nas quais há indícios de incidência expressiva em mulheres negras, tais como, câncer cérvico-uterino e, no conjunto da população negra, a infecção por HIV/AIDS (O Tempo, 2003).

A construção da plena cidadania para as mulheres negras passa pela rejeição dos mecanismos de discriminação racial como a “boa-aparência”, um eufemismo que garante o acesso privilegiado ao mercado de trabalho para as mulheres brancas; pela exigência da coleta do quesito cor nos formulários e prontuários dos pacientes, para termos o direito de saber do que adoecemos e do morremos; pela exigência de coleta sistemática do quesito cor em todos os levantamentos censitários, porque temos o direito de saber quantos somos e como vivemos; pela luta pela aplicação do princípio constitucional que torna crime a prática da discriminação racial. E passa, enfim, pela luta por uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja tida e vivida como equivalência e não mais como inferioridade.



Que cara têm as mulheres negras do Brasil, de acordo com alguns indicadores

- Fundação Seade: enquanto a esperança de vida para as mulheres brancas é de 71 anos, 40,7% das mulheres afrodescendentes morrem antes dos 50 anos (pesquisa no município de São Paulo, em 1995).
- O Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), que mede as desigualdades entre homens e mulheres nos países, constituído através de metodologia reconhecida internacionalmente e adotada pelos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), revela quantas barreiras diferenciadas e superpostas enfrentam as mulheres que têm a pele negra. No Brasil, segundo a classificação do IDG, ranking que dá conta da qualidade de vida usufruída pelas pessoas, os homens brancos estão em 41º lugar, as mulheres brancas estão em 69º lugar, os homens afrodescendentes em 104º lugar e as mulheres afrodescendentes ocupam o 114º lugar, com o menor índice de qualidade de vida.
- O DIEESE em parceria com o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, realizou um outro estudo, o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho. Em Salvador, por exemplo, uma das cidades de maior concentração de população negra do Brasil, a taxa de desemprego da população economicamente ativa está assim distribuída: entre as mulheres negras é da ordem 27,6%, contra 24,0% para os homens negros; 20,3% para as mulheres brancas e 15,2% para os homens brancos. Em São Paulo, as taxas de desemprego encontradas foram de 25% para as mulheres negras, 20,9% para os homens negros, 19,2% para as mulheres brancas e 13,8% para os homens brancos.
- Quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que ganham os homens brancos. Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho/Ministério da Justiça na publicação “Brasil, gênero e raça”, demonstram o tamanho das desigualdades: o rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos (SM) era (1) homem branco: 6,3 SM; (2) mulher branca: 3,6 SM; (3) homem negro: 2,9 SM; (4) mulher negra 1,7 SM.
- O Correio Braziliense, de 15/09/2000, publicou à pg. 5, dados que apresentamos in Matriarcado e Miséria: a conjugação perversa de racismo e o sexismo, resultam em “uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida: seqüelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da auto-estima; expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação às mulheres brancas; menor índice de nupcialidade; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração”.
- No Brasil, em 2001, conforme identificado pelo IBGE, “entre as famílias de indigentes, que não tem renda suficiente para a alimentação básica, o percentual de mulheres negras chefes de família sobe de em torno dos 30% gerais para 43,9% se a mulher não for branca. Neste caso, estas chefes de família ganham pouco mais da metade da mulher branca”.

Referências bibliográficas

Gonzalez, Lélia – Racismo e Sexismo na cultura brasileira *in* Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos. Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1983.

Meneghel, S. Camargo, M. Fasolo, L. *Mulheres Cuidando de Mulheres: Um Estudo sobre Moradoras da Casa de Apoio Viva Maria*. Cadernos de Saúde Pública - CEAS, 2000, volume 3, RJ, Brasil.

Gilliam, Angela *in* Anais do Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: O papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos” pg. 54, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, julho de 1996.

Piscitelli, Adriana *in* “Sexo Tropical”: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. Cadernos Pagu (6/7 1996 pg. 16/17. Publicação do PAGU- Núcleo de Estudos do Gênero/UNICAMP, Campinas-SP.

Dias Filho, Antonio Jonas *in* “As mulatas que não estão no mapa” pg.55. Cadernos Pagu, (6/7) 1996. Raça e Gênero, Publicação do PAGU-Núcleo de Estudos do Gênero/UNICAMP-SP.

Moreira, Diva *in* “Direitos Humanos no Cotidiano”, Manual, pg. 176/177. Secretaria Nacional de Direitos Humanos, UNESCO - Universidade de São Paulo, 1998. No prelo.

Oliveira, F. *Medicina Popular de Matriz Africana*. O Tempo, 2003, Brasil.



Nos homens, a violência de gênero

Benedito Medrado e Jorge Lyra - Instituto PAPAÍ

“É bom que realmente se torne claro à opinião pública que nem todos os homens são agressores e que muitos desses homens lutam contra essa agressão e essa violência. Eu penso que as lutas importantes no mundo, dos Direitos Humanos, contra a violência, contra a tortura... são lutas que não podem ser deixadas a um grupo social. É semelhante à luta do Movimento Negro que não pode ser deixada somente aos negros. As lutas feministas não podem ser deixadas unicamente às mulheres. É preciso que os homens se solidarizem, porque são a prova viva de que repudiam essa forma de agressão e que tudo farão para que esse número de pessoas – que infelizmente é muito grande e atravessa todas as classes e todos os continentes – se vá reduzindo através da oposição democrática de homens e mulheres”. (Boaventura de Souza Santos, 2002).

Em diferentes países da América Latina, estudos apontam um número significativo de mulheres que afirmam ter sido vítimas de violência física exercida por seu parceiro. Em alguns países, o percentual de mulheres que afirmou ter sido agredida fisicamente por um homem chegou a 50%. O menor percentual foi de 20%. No Brasil, particularmente, um número estimado em 300.000 mulheres relataram terem sido agredidas fisicamente por seus maridos ou companheiros a cada ano. Mais da metade de todas as mulheres assassinadas no Brasil foram mortas por seus parceiros íntimos (Heise, 1994).

Estudos realizados com homens também evidenciam uma situação preocupante. No Rio de Janeiro, pesquisa publicada em 2003, em que foram entrevistados 749 homens, com idade entre 15 e 60 anos, destaca que 25,4% afirmou ter usado violência física contra a parceira, 17,2% informaram ter usado violência sexual e 38,8% afirmaram ter insultado, humilhado ou ameaçado pelo menos uma vez a parceira (Acosta e Barker, 2003). Em Recife, no ano de 2002, foi aplicado um questionário a um total de 170 recrutas das forças armadas. Na questão “Há



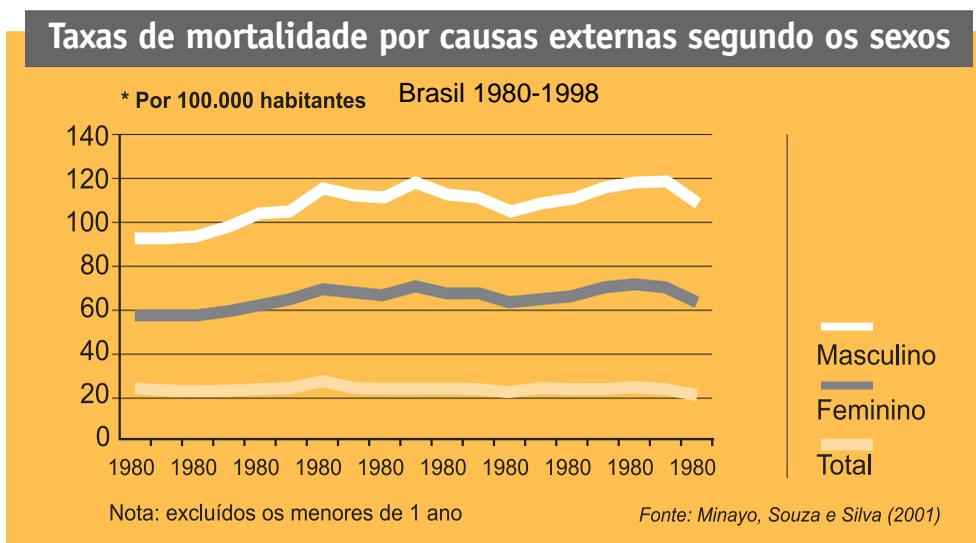
momentos em que mulher merece apanhar?” 25% disse respondeu que “sim”; 18% disse que “depende”. Além disso, 18% afirmou que “já usou agressão física contra uma mulher” (Medrado, Moraes, Pedrosa e Albuquerque, 2002).

Para entender essa problemática da violência de homens contra mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização e sociabilidade masculinas e os significados de ser homem em nossas sociedades. Em geral, os homens são educados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco e a agressividade não são algo que deve ser evitado, mas experimentado cotidianamente. A noção de autocuidado, em geral, é substituída por uma postura destrutiva e autodestrutiva.

Essa noção se desenvolve de diferentes maneiras e em diferentes lugares: nas brincadeiras infantis, na mídia segmentada por idade e sexo, nas ruas, escolas, casas, bares, quartéis, mosteiros, prisões, na guerra... Pouco importa o lugar, o que importam são os recorrentes mecanismos de brutalidade constitutivos do *tornar-se* homem, pois a violência é, muitas vezes, considerada uma manifestação tipicamente masculina para resolução de conflitos. Os homens são, em geral, socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos.

Essas manifestações “aceitas”, e muitas vezes estimuladas, pela sociedade podem representar portas abertas para atos violentos graves que atentam inclusive contra a vida de muitas mulheres e dos próprios homens, basta observarmos os altos índices de homicídio, suicídio e mortes por acidentes de trânsito que compõem as causas de mortalidade das populações masculinas.

O comportamento das mortes violentas evidencia uma elevada sobremortalidade masculina, que pode ser observada em vários países. Segundo dados divulgados pela OPAS (1998), para o ano de 1994, pode-se dizer que as diferenças mais acentuadas encontram-se nos países que compõem a área Andina (5,6 – Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), no Brasil (4,7) e no México (4,3). A menor razão encontra-se na América do Norte (2,4 – Estados Unidos e Canadá) e países do Cone Sul (3,0 - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) (Minayo, 2001).



No Brasil, a mortalidade por causas externas vem aumentando sua participação e importância, tanto em números absolutos, como nos coeficientes. Particularmente a região Sudeste e o Estado de São Paulo apresentam os mais altos índices deste tipo de mortalidade, embora grandes aumentos estejam ocorrendo na região Centro-Oeste e outros estados do Norte e Nordeste do País, tornando o problema, uma realidade brasileira. Ao contrário dos países desenvolvidos economicamente, onde os maiores coeficientes de mortalidade por causas externas são de acidentes de transporte e suicídios, em nosso país o predomínio é de homicídios, seguido de acidentes de transporte. Os Homicídios têm tido um aumento muito maior que as outras causas (Boletim CIS nº. 01 – Grupo Técnico de Informações de Saúde – CIS da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES).

Tabela 1. Mortalidade por causas externas segundo sexo

Sexo	Homicídio	Suicídio	Acidente de trânsito
Homens	91,8%	81,1%	80%
Mulheres	8,2%	18,9%	20%
Número absoluto de casos	41.694	6.505	29.796

Fonte: Ministério da Saúde / Funasa / CENEPI - Sistema de Informação sobre Mortalidade (1999)

Além disso, dados censitários realizados no sistema carcerário brasileiro evidenciam uma presença significativa de homens.

Tabela 2. População carcerária brasileira segundo sexo – Brasil 2003

Sexo	População carcerária
Homens	95,6%
Mulheres	4,4%
Número absoluto de casos	284.989

Fonte: Ministério da Justiça / Departamento Penitenciário Nacional (Junho de 2003)



Esses dados evidenciam que os homens estão colocados no contexto da violência em diferentes lugares, inclusive muitas vezes como produto-alvo das próprias relações hierárquicas de poder em nossa sociedade, que definem a dominação masculina sobre as mulheres. Ou seja, o sistema de poder que autoriza os homens a atuarem de modo agressivo e “fazer valer os seus direitos em nome da honra” é o mesmo sistema de poder que os coloca em situação de vulnerabilidade.

Isso não implica em colocar os homens na posição de vítima, pois o próprio feminismo já nos alertou que este não é, decididamente, o caminho da cidadania. Porém fatos como esses precisam ser analisados também a partir do olhar de gênero e dos processos de socialização que o constituem.

Explicações no campo da biogenética buscam provar uma relação entre a violência masculina e a constituição física dos homens. Alguns afirmam que os homens supostamente carregariam em seus genes e cromossomos predisposições hereditárias que justificariam suas condutas agressivas. Outros apostam em explicações hormonais. Porém, a associação da masculinidade ao poder e à violência não se constrói exclusivamente a partir de (nem se reduz aos) determinantes biogenéticos. Ela é construída e se reproduz nas relações sociais histórica e culturalmente datadas; se constrói na divisão social do trabalho, na socialização da família, da escola, no cotidiano, em pequenas ações.

Sim, os estudos mostram que muitos homens agredem e violentam mulheres. Porém, esses mesmos estudos evidenciam que existe um número bem maior de homens que não cometem este tipo de violência. Nem todo homem é, por princípio, agressivo e muitos são aqueles que rejeitam e condenam a violência, especialmente a violência contra a mulher. E, se **nem todo homem é violento**, como podemos dizer que a violência faz parte da identidade masculina?

É nossa função, rever esses modelos de socialização e envolver os homens, desde cedo (crianças, adolescentes, jovens...) nos esforços pelo fim da violência contra a mulher, em espaços públicos e privados. A violência de gênero é um fenômeno social e, portanto, deve ser enfrentado através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta, atuando em diferentes instâncias:

Educação – atividades envolvendo alun@s, professor@s e corpo técnico-administrativo de escolas da rede pública e privada de ensino, bem como elaboração e divulgação de material informativo e capacitação de professores do ensino fundamental e médio.

Saúde – ações voltadas às unidades de atenção básica de saúde da rede pública, gerando estratégias que ressaltem a noção de violência contra a mulher como um problema de saúde pública, principalmente, no contexto da saúde da mulher.

Justiça, segurança pública e direitos humanos – ações voltadas aos profissionais que atuam na elaboração e implementação de medidas jurídicas relacionadas à violência doméstica e familiar, incluindo: Centrais de penas e medidas alternativas, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, escolas de formação de juízes, promotores, defensores e conciliadores, Varas de Família e Juizados da Infância e da Adolescência; além de Academias de polícia, DEAM, Presídios, Conselhos Tutelares, Centros de atendimento ao menor autor de violência e ONG.

Programas para Jovens / grupos juvenis – Aplicar a perspectiva de gênero no trabalho com homens jovens que envolve: a) engajar os homens na discussão sobre as desigualdades de gênero; b) estimular a assunção da responsabilidade no cuidado com os filhos; c) assumir a responsabilidade nas questões relativas à saúde sexual e reprodutiva; d) estimular medidas não-violentas de resolução de conflito.

Trabalho – atividades que envolvam trabalhadores e empresários, empresas e sindicatos, em comunidades urbanas e rurais.

Políticas públicas – Interlocução com órgãos governamentais para promover controle social e estimular a ampliação do impacto social de campanhas de prevenção à violência, particularmente no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos.

Neste sentido, uma importante estratégia de ação tem sido a **Campanha Brasileira do Laço Branco** (www.lacobranco.org) que tem o objetivo geral de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher, em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outros movimentos organizados por equidade e direitos humanos, através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.¹ Mais especificamente, a campanha nacional pretende:

- sensibilizar homens jovens e adultos sobre as implicações resultantes da violência cometida contra as mulheres em suas próprias vidas e a de outros homens e oferecer propostas que visem mudar suas atitudes e comportamentos frente às mulheres;
- integrar homens jovens e adultos na campanha, transformando-os em participantes ativos e capazes de difundir as metas da mesma para outros homens;
- divulgar da forma mais abrangente possível a campanha e os recursos existentes para lidar com a violência contra as mulheres cometidas por homens;
- integrar formadores de opinião através da mídia para incentivar a divulgação da campanha;
- estimular a formação de políticas públicas nos municípios que fortaleçam o desenvolvimento e a sustentabilidade das ações.

Esta Campanha tem sua origem num episódio que ficou conhecido como o Massacre de Montreal. No dia 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos (Marc Lepine) invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando “Vocês são todas feministas!”, esse homem começou a atirar enfurecidamente e assassinou 14 mulheres, à queima roupa. Em seguida, suicidou-se. Em uma carta deixada por ele, este homem argumentava que havia feito aquilo porque não suportava a idéia de ver mulheres estudando engenharia, um curso, na opinião dele, dirigido exclusivamente a homens.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social.

¹ Comitê Gestor Nacional: Pernambuco (Instituto PAPAI); Rio de Janeiro (Institutos Promundo e NOOS); Brasília (UNESCO); São Paulo (CES, ECOS e Prômulher) e Acre (Rede Acreana de Mulheres e Homens).



Assim, um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa violência. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*): homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da Campanha foram distribuídos cerca de 100.000 laços entre os homens canadenses, principalmente entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres, pelo fim da violência. O dia 25 de novembro foi proclamado pelo UNIFEM, órgão das Nações Unidas, como Dia Internacional de Erradicação da Violência contra a mulher. O dia 6 de dezembro foi escolhido para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

Trabalhando junto a diversos órgãos das Nações Unidas, particularmente o UNIFEM, e em parceria com organizações de mulheres, esta Campanha também foi implementada em diferentes países, ao longo das duas últimas décadas: na Ásia (Índia, Japão e Vietnã), Europa (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal), África (Namíbia, Quênia, África do Sul e Marrocos), Oriente Médio (Israel), Austrália e Estados Unidos.

No Brasil, algumas iniciativas começaram a ser delineadas em 1999, através de atividades dirigidas a essa temática, com objetivo de ampliar cada vez mais nossa rede, sensibilizando profissionais e/ou comunidades em geral. Em 2001, realizamos o lançamento oficial da Campanha, promovendo diferentes atividades, entre elas: distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públicos, caminhadas, debates, oficinas temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas e termos de adesão à campanha etc. Essas atividades estão sendo desenvolvidas em parceria com diferentes instituições, particularmente organizações do Movimento de Mulheres.

Referências bibliográficas

Heise, L. (1994). Gender-based abuse: The global epidemic. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro 10 (Supl. 1). 1994. 135-145.

Acosta, F. e Barker, G. (2003) – *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Promundo/Instituto Noos.

Medrado, B.; Moraes, M.; Pedrosa, C e Albuquerque, A. (2002) – *Reveno a militarização da masculinidade: análises preliminares*. Instituto PAPA/UFPE. Trabalho apresentado do XI Encontro da Rede Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero, Aracaju/SE.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *La Salud en las Américas*. Washington, 1998. (Publ. Cient. 569)

Minayo, Souza e Silva (2001) - *Perfil de Mortalidade por Causas Externas no Brasil: Uma análise temporal das décadas de 80 e 90*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CLAVES/FUNASA

Violência estrutural e de gênero Mulher gosta de apanhar?

Heleieth Saffioti

*Tenho para minha vida
A busca como medida
O encontro como chegada
E como ponto de partida.
(Sergio Ricardo)*

Integra o senso comum a idéia de que primeiro é preciso conhecer o simples para, posteriormente, poder compreender o complexo. Muitas ciências, também, acreditavam, e ainda há as que crêem, serem estes os passos recomendados pelo método científico. Grandes quantidades de psicólogos/educadores, antropólogos, sociólogos, enfim, cientistas de qualquer área do conhecimento, difundiram, durante décadas, esta crença. Quantas gerações, no mundo Ocidental, foram duramente alfabetizadas com o “auxílio” de cartilhas que partiam das letras, vogais e consoantes, passavam pelas sílabas para, só depois, formarem palavras, orações, períodos? O princípio que regia esta conduta era o de que a letra é mais fácil, mais simples e, portanto, mais rapidamente assimilável pela criança, adolescente ou adulto. Será isto verdade? Por que numerosas crianças aprendem a ler sem auxílio de ninguém, manuseando jornais e revistas? Há crianças auto-alfabetizadas aos três anos de idade. Este momento é considerado prematuro, por especialistas, para ensinar esta atividade às crianças, mesmo que o processo vá do simples ao complexo. Neste processo de auto-alfabetização, a lógica que preside a conduta da criança é outra. É, aliás, a lógica mais tarde descoberta, de que o processo de aprendizagem é lógico. Que significa a letra isoladamente? Existe uma lógica na letra? A letra isolada, exceto para os já alfabetizados, não apresenta o menor significado separada das demais que, formando um conjunto, dão sentido àquilo que se quer representar, transmitir, narrar.

Quando se toma contacto com algo pela primeira vez, percebe-se o todo, seja este uma mesa, um edifício, uma pessoa. Mais tarde, se vão apreendendo os pormenores: no caso de uma pessoa, percebem-se sua roupa, sua altura, a cor de sua pele, a cor de seus olhos, o comprimento de seus cabelos, sua voz, sua postura, etc. Pode-se gostar enormemente da cor dos olhos desta pessoa. Todavia, os olhos, como elementos isolados dos restantes característicos da criatura sob exame, não têm sentido, não são portadores de significado. Os olhos



pertencem a um certo lugar no rosto da pessoa e é nesta condição que eles podem transmitir a alegria ou a tristeza que invade a criatura. É importante examinar as características das pessoas? Sim, com uma condição: feita a análise dos elementos que compõem a criatura e chamam a atenção de outras, isto é, decompondo mentalmente a pessoa. Mas, em seguida, é preciso recompô-la, pois só em sua existência integral ela ganha significado sócio-cultural. Desta sorte, o processo de conhecimento parte do todo, tendo o **sujeito cognoscente** uma idéia grosseira desta totalidade, decompondo-a em seus elementos constitutivos para, finalmente, recompô-la. Se este último passo não for dado – **recomposição do todo** – o sujeito que tenta conhecer continua portador daquela representação superficial e muito limitada. A recomposição é imprescindível, porque a profunda compreensão do todo exige que se saiba que posição cada elemento ocupa na totalidade de que faz parte. Por conseguinte, a organização interna dos elementos que formam a totalidade assume uma enorme importância, na medida em que será responsável pelo conhecimento passível de obtenção dos seres mais simples. Por esta razão, Karl Marx afirmou que é a anatomia do homem que permite o conhecimento da anatomia do macaco, e não o oposto (1957).

O que acaba de ser exposto é da maior relevância. Parte-se, **sempre**, do concreto, ou seja, do todo rico em determinações, extremamente diferenciado. Quando se deseja, por exemplo, estudar trabalhadores de um ramo qualquer da indústria de um país, não se pode esquecer de que este contingente humano pertence a uma população estruturada de uma forma específica, contando com certos recursos naturais e sociais. Podem coexistir várias raças/etnias em disputa, desigualdades sócio-econômicas abissais, assim como desigualdades menos superficiais do que se imagina, entre homens e mulheres. Trata-se de contradições que impedem a convivência pacífica entre estes contingentes humanos. Mais tarde, se retomará este tão importante tema. Continuando o raciocínio do início do parágrafo, aquela população de trabalhadores, isolada da sociedade que a precedeu e a produziu/acolheu, só ganha significado se estudada no seio das relações desenvolvidas com os demais segmentos sociais. Parece ter ficado claro que isolar tem aqui um sentido específico, isto é, abstrair, separar, pôr de parte, não agregar. Concreto, ao contrário, significa um todo pleno de determinações, entendendo-se determinação, aqui, exatamente como qualidade. Algumas destas qualidades participam com mais força no processo de determinar (outra acepção do termo) as relações sociais, podendo ser chamadas categorias dominantes, uma vez que este é seu papel na estruturação interna do concreto, da totalidade.

Pode-se tomar um exemplo, que o próprio Marx utiliza, a fim de tornar transparente o porquê do complexo explicar o simples, e não o inverso. Na Roma antiga, havia dinheiro, cujo uso exclusivo era o de remunerar guerreiros mercenários. Diversamente da sociedade capitalista, na qual o dinheiro está presente em todas as relações sociais, sendo, portanto, uma categoria dominante, no Império Romano, o dinheiro era uma categoria subalterna, isolada, abstrata. Chama-se a atenção do leitor para o seguinte: o dinheiro é uma categoria social complexa, permeando toda a sociedade capitalista; nem por isto, contudo, não pode aparecer numa sociedade muito mais simples. Todavia, nesta, o dinheiro não contamina todas as relações sociais, permanecendo uma categoria isolada, abstrata, subalterna. Esta onipresença do dinheiro nas sociedades capitalistas, sua capacidade de infiltração nas relações humanas, seu caráter de equivalente geral no campo das trocas, das transações comerciais, enfim, do mercado, revela como uma determinação da totalidade desenvolve-se no sentido de se tornar uma categoria

social dominante, dependendo das condições objetivas, da mesma forma como pode permanecer abstrata, isolada, subordinada. O exposto mostra o quão importante é a organização interna do concreto mais complexo, sobretudo em sua capacidade de permitir o entendimento de sociedades mais simples, com suas categorias sociais dominantes e subordinadas.

“A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores, não se podem compreender os sinais anunciadores de uma forma superior enquanto esta forma superior não é, ainda, conhecida. Assim, a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga. Mas não à maneira dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, etc., quando se conhece a renda fundiária. Mas não se pode identificá-los. Como, ademais, a sociedade burguesa não é senão uma forma antitética de desenvolvimento histórico, são relações pertencentes a formas de sociedade anteriores que se poderão nela encontrar, embora elas se apresentem estioladas ou mesmo travestidas. (...) As sociedades burguesas podem encobrir essas formas desenvolvidas, estioladas, caricaturadas, etc., mas sempre com uma diferença essencial. (...) ... a economia política burguesa não pode compreender as sociedades feudais, antigas, orientais senão a partir do momento em que iniciou a autocrítica da sociedade burguesa. (...) ... não se pode esquecer, a propósito da marcha das categorias econômicas, que este sujeito, aqui a sociedade burguesa moderna, é dado, quer na realidade, quer no cérebro, que as categorias exprimem formas de existência, condições de existência determinadas, freqüentemente simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade começa a existir, *também do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que ele (o sujeito) se põe como questão dela (sociedade) *como tal*” (p. 169 e170) .

Cabe retomar o título deste artigo. Em **Mulher gosta de apanhar**, na forma afirmativa e não na interrogativa que constitui o título, há uma série de aspectos, cabendo, aqui, realçá-los. Primeiro, ele afirma possuir a mulher genérica, não-especificada sua posição nos três eixos – **sexismo, racismo, classes sociais** – uma qualidade: gostar de apanhar. Segundo, embora o (ex) marido, o (ex) companheiro, o (ex) namorado não sejam verbalizados, estão contidos no dito popular. É minoritário o segmento da população que agrega um qualificativo à criatura: mulher **de bandido** gosta de apanhar. A maioria refere-se à mulher em geral, seja ela rica ou pobre, branca ou negra, etc. Terceiro, já houve época em que, por atavismo, por falta de percepção e até mesmo por herança “científica”, intelectuais respeitadíssimos usavam o termo genérico. Havia até aqueles que usavam a palavra no singular, mas tinham consciência das três contradições básicas, que se entrecruzam, se enovelam, e se imbricam reciprocamente, atravessando a sociedade e tornando mais difícil a análise sociológica. Quarto, não se trata de conceituar algo, quando se afirma que mulher gosta de apanhar. Ao contrário, trata-se de um preconceito. O preconceito é perigoso e maléfico, porque investe seu portador do poder de nomear as coisas e as pessoas, não com o conceito, mas com o preconceito. Torna o preconceituoso poderoso, pois nomear, seja com conceito, seja com preconceito, é um ato de poder. E todos sabem o quão difícil é eliminar um preconceito ou re-significar o que ele afirma. Mas os preconceitos constituem armas poderosas no processo de dominação-exploração que assegura o poder dos ricos, dos homens e dos brancos. Isto equivale a dizer que a estrutura social é constituída por este tripé, do qual decorrem múlti-



plas subjetividades, vinculando os membros da sociedade aos lugares por eles ocupados na estrutura social. Isto não significa que as três hastes do tripé tenham alcançado a mesma profundidade em todos os seres humanos, nem mesmo em todos os componentes de uma classe social ou de uma raça/etnia ou, ainda, de uma mesma categoria de sexo.

Embora Laretis (1987) tenha formulado o conceito de **sujeito múltiplo** e com ele trabalhado, mostrando sua grande utilidade e sua natureza heurística, não adentrou a construção das subjetividades, seguindo um outro caminho. Não obstante, foi a inspiradora de uma reflexão, é verdade que em outro campo epistêmico, rapidamente resumida e aqui expressa. Houvera ela tomado o rumo de Guattari (1981, 1986, 1990), certamente teria chegado ao âmago do capitalismo e contribuído ainda mais para a compreensão desta sociedade plena de comportamentos maquínicos, para usar a linguagem deste autor. Para Guattari, o capitalismo constrói subjetividades em série por meio de processos que se assemelham aos das máquinas durante a vigência do taylorismo. Em outros termos, trata-se da produção, em linha de montagem, de subjetividades suficientemente dóceis, a fim de obedecer aos poderosos e, assim, criar condições para a realização do projeto de dominação-exploração burguês. Entretanto, não se conseguem formatar, como se se tratasse de disquete, todos os membros da sociedade. Há condutas de rebeldia, de solapamento do estado-de-coisas reinante, de transgressão que laboram no sentido de conduzir boa parcela da população à criação de singularidades. Trata-se de portadores de subjetividades singulares, isto é, de contingentes humanos que escaparam ao **processo maquínico** de produção em série e, por conseguinte, de agentes sociais altamente capazes de romper com o *status quo*, dando origem, levando a cabo ou acelerando o processo de transformação social.

Ainda que Guattari não tenha se preocupado com originar uma reflexão, que pudesse resultar num projeto de mudança da totalidade, debruçou-se sobre um fenômeno importante, estudado apenas por ele, Foucault e Deleuze, além, obviamente, de seus discípulos e seguidores. Nem sempre a linguagem destes autores representa exatamente o que desejam transmitir ao leitor. Por esta razão, abandonam-se, aqui, palavras como nível, plano, uma vez que transmitem a idéia de hierarquia, falando-se em processos micro e processos macro e, deste modo, liberando a discussão de sua anterior conotação valorativa. Antes destes autores, estudava-se o poder, especialmente os intelectuais de formação marxista, como se ele se concentrasse inteiramente no Estado. Ou, pelo menos, era o poder de Estado que importava. Este veio a ser chamado macro-poder pelo autor aqui privilegiado, dentre os três mencionados nesta vertente de pensamento. Existem, todavia, micro-poderes, ou seja, segmentos populacionais dotados da capacidade de deles fazer uso. Se não conseguem revolucionar o mundo de forma acelerada, fazem-no em espaços capazes não só de colaborar para a transformação da sociedade, como também de tecer uma malha social de sustentação das conquistas realizadas nos processos macro. A autora deste artigo criou a terminologia – **malha grossa, malha fina** –, porque lhe pareceu ser este mais um recurso para transmitir a idéia de que elas são distintas, mas não hierárquicas. Além disto, é fácil perceber a interpenetração destes dois tipos de tecido social, conjugando esforços para se opor à produção em série de subjetividades. Aplaudindo a obra de Guattari naquilo que representa, de fato, um avanço na ciência, não se abdica do direito de criticar certas idéias suas. É inadmissível conceber o macro e o micro como uma oposição, procedimento explícito pelo autor em pauta. Esta

constitui mais uma razão para a criação e o uso da expressão **malha grossa, malha fina**. Afasta-se, com isto, o perigo de, mesmo operando em outro campo epistêmico, resvalar-se pelo raciocínio e pela formulação de categorias binárias, pois o presente artigo, assim como toda a obra de sua autora, foge e até combate a ciência cartesiana.

Majoritariamente, são os homens que transitam nos macro-processos, detendo, sempre provisoriamente, grandes, médias e até pequenas fatias de macro-poder. A expressão **sempre provisoriamente** comunica o quão efêmero pode ser o exercício de qualquer poder, em especial, dos macro-poderes. Mulheres transitam com segurança na malha fina. Mais do que isto, são mestras em manejar o poder, preferencialmente, aí situado: o micro-poder. Como as duas malhas – **fina e grossa** – são permeáveis (isto seria impossível na concepção de Guattari, em virtude de elas formarem uma oposição simples, não-dialética), muitas mulheres já aprenderam como transitar simultaneamente em ambas, transformando micro-processos em macro-processos e vice-versa, embora o vetor da primeira forma apresente muito maior interesse. Dia haverá, é a expectativa dos movimentos feministas, de que ambas as categorias de sexo transitem com tranqüilidade nos dois espaços, com o objetivo de torná-lo único e, portanto, não discriminatório. Os homens tiveram no passado e continuam tendo, em sua socialização, muitos aspectos indutores da construção de **subjetividades singulares** . Neste mesmo processo, as mulheres receberam, e ainda recebem, uma carga mais pesada no que tange à **produção maquínica de subjetividades** . O momento atual, no entanto, mostra um quadro de muitas mudanças numa nebulosa de ambigüidades. As transformações positivas, pela primeira vez na história do capitalismo, parecem pender mais para as mulheres, não obstante seu alto preço. Do lado dos homens, encontra-se mais freqüentemente a perda de referenciais. Ouve-se muito dizer que parcelas consideráveis de mulheres avançaram, penetrando em áreas profissionais, por exemplo, antes exclusiva ou eminentemente masculinas, deixando os homens perdidos.

Pela primeira vez na história das formações sociais capitalistas, assiste-se a um fenômeno que, no passado, sempre encontrou a oposição dos sindicatos: a velocidade da perda de postos de trabalho por parte de homens tem sido maior que por parte de mulheres. A rigor, a posição dos sindicatos era muito mais injusta que sua omissão: era, decisiva e ostensivamente, contrária ao trabalho das mulheres fora do lar, sob a alegação de que este fenômeno produziria desemprego masculino. A crescente queda do número de empregos levou muitas categorias de trabalhadores, por intermédio de suas centrais sindicais, a abrir mão de uma série de benefícios para manter-se em atividade formal. O crescimento e o aprofundamento da miséria induziram muitas famílias a buscar, desesperadamente, emprego pelo menos para um de seus membros, qualquer que seja ele. Observa-se um agudo sentimento de impotência, nos homens desempregados e sobretudo naqueles que estão sendo vítimas do desemprego de longa duração, na medida em que perderam, talvez em definitivo, seu papel social tradicionalmente considerado o mais importante: o de provedor das necessidades materiais da família. Marido bom não é aquele que não deixa faltar nada em casa? Como já expresso em outro trabalho (Saffioti e Almeida, 1995), o poder apresenta duas faces: da potência e da impotência. Não é no desfrute da potência, mas na tentativa de viver a impotência, ainda que de forma extremamente desagradável, já que a força e a vitória estão vinculadas ao masculino, que se perpetra violência. Este é, sem dúvida, um dos fatores do incremento da violência doméstica. O desemprego, para as mulheres, especialmente para as casadas, não chega a ser um verdadeiro fracasso. Afinal, prover o lar não é, ainda, um papel social funda-



mental para as mulheres, embora cerca de 30% das famílias brasileiras seja sustentada por elas, haja ou não a presença de homens no grupo domiciliar. Sobretudo para o pensamento liberal ou neoliberal, as mulheres são, por excelência, trabalhadoras inempregáveis, para usar a terminologia do ex-presidente sociólogo. O desemprego, para os homens, chega a ser uma desonra. Evidentemente, o desemprego não é o único fator do crescimento da violência, especialmente da violência doméstica. Mas, talvez, no quadro da ordem patriarcal de gênero, a perda do status de provedor seja um dos mais importantes fatores deste fenômeno. Na ordem das bicadas do galinheiro humano (Saffioti, 1997), as mulheres são as últimas da escala, sendo vítimas de violência em nome de qualquer pretexto, principalmente de forem pobres e negras. O galinheiro humano revela-se muito mais perverso que o galináceo, já que a capacidade do ser humano de torturar seus semelhantes é praticamente infinita.

A dificuldade maior de analisar o sofrimento de bilhões de mulheres no mundo, e de milhões no Brasil, deriva do fato dos eixos **patriarcado, racismo, capitalismo** não serem paralelos, mas entrecruzados. Isto posto, pode-se retomar várias questões anteriormente tangenciadas, embora alguns tipos de limite imponham a circunscrição deste artigo a menos de duas dezenas de páginas. Os três eixos estão sempre presentes, contribuindo para, ao longo da vida, formar subjetividades, matar algumas, construir outras. Só nesta mobilidade pode-se admitir o conceito de identidade social. De outro modo, ele é fechado, não contribuindo para o avanço do conhecimento. Como conjunto mutante de subjetividades, pode-se acompanhar a identidade social de um *socius* ou de um contingente humano maior ou menor, e suas metamorfoses na práxis, processo no qual se dá a objetivação e a subjetivação, ou seja, a expressão por todos e cada um a sua maneira, de seus projetos, seus desejos, suas expectativas e a apropriação, também por todos e cada um a seu modo, das objetivações de todos. Esta é uma das razões que conduz Marx a **não-separar-em-separando-sujeito-objeto**. Com efeito, Marx identifica o sujeito do conhecimento com a sociedade, mantendo a dualidade sujeito-objeto. Nem poderia ser de outra forma, já que o sujeito faz parte do objeto que se deseja conhecer (sociedade), assim como a sociedade é, ela própria, sujeito, a fim de poder debruçar-se sobre seu passado e conhecer as formações mais simples, nela presentes de formas caricaturais. A fusão sujeito-objeto apresenta-se tão relevante quanto a preservação de sua dualidade. Este constitui mais um argumento a favor do entendimento da identidade como conjunto mutante de subjetividades.

Do exposto decorre que todas as relações sociais ocorrem no seio do nó ou do novelo constituído pelas três contradições fundamentais, já mencionadas. Pode-se desenvolver relações humanas, predominantemente marcadas pelas desigualdades entre classes sociais, o que não significa que as demais contradições não estejam presentes. Lá estão, embora de forma menos evidente. Tais subjetividades aflorarão, caso a oportunidade ou a necessidade se apresente. Pode ocorrer, porém, de o sujeito, singular ou coletivo, precisar mobilizar enorme quantidade de subjetividades situadas nas três hastes do tripé. O método científico recomenda abrir, jamais fechar.

Há, entretanto, intelectuais autodenominadas feministas, que concebem relações interpessoais (Azevedo e Guerra, 1989) desenvolvendo-se num terreno distinto daquele aqui caracterizado pelo uso do conceito de contradição e pela utilização de imagens como nó, novelo, tripé. Há um debate bem interessante, entre algumas feministas norte-americanas e

latino-americanas, que lembra de longe o pensamento dualista de Azevedo e Guerra: o campo das relações interpessoais, no qual ocorreriam as relações amorosas entre homens e mulheres, daí decorrendo a violência contra mulheres; e um outro campo, ou seja, o da estrutura social, determinado por fatores econômicos. A estrutura social, assim, não ultrapassa, nesta concepção, o terreno das classes sociais, concebidas estas de maneira extremamente economicista. Para Marx, deter o poder econômico não assegura o título de classe social a um segmento da população. É preciso que se constitua a dimensão política da classe, o que lhe permitirá não apenas tomar consciência de seus interesses, mas também defendê-los, construindo um projeto de exploração-dominância da maioria da população, a longo prazo, ou melhor, de longa duração. O conceito de classe social foi esquematizado, reduzido e empobrecido pelas autoras referidas, mas este pecado é também carregado por outros. Que se dilua, portanto, seu peso. O que não pode deixar de ser posto em relevo é o fato de que, se a violência doméstica tem lugar no interior de relações afetivas, interpessoais, fora do campo da estrutura social, quando as mulheres estão sendo espancadas perdem sua posição de classe? Pairam acima das contradições que compõem a estrutura das sociedades capitalistas? Deixam de ser negras ou brancas?

Cabe lembrar, agora, que além das três contradições fundamentais da sociedade capitalista, há numerosas outras de caráter secundário. Todas concorrem, cada uma a sua maneira, num momento histórico determinado, para constituir a estrutura social. A título de ilustração, observe-se que mulheres vítimas de violência não são abstratas, mas concretas. Isto equivale a dizer, mais uma vez, que não existe a mulher genérica. As mencionadas vítimas podem ser negras ou brancas, pobres ou ricas, e mais não se diga, a fim de manter este artigo no âmbito das contradições sociais básicas. Entretanto, poder-se-iam tomar contradições secundárias e afirmar que dentre as vítimas de violência, há mulheres bonitas, feias, altas, baixas, casadas, solteiras, divorciadas, chefes de família, com filhos, sem filhos, com alto ou baixo nível de escolaridade, profissionais, donas-de-casa e mais um sem-número de características ou condições que corroboram para situá-las na sociedade, isto é, a estrutura social acolhe-as em dadas posições, variáveis, e não em outras. Nenhuma relação humana se passa fora da estrutura, exatamente por se tratar de agentes sociais, operando no seio de uma totalidade contraditória, na qual numerosos interesses se chocam, sem possibilidade de conciliação. Há, também, conflitos, estes sim passíveis de composição, na medida em que os interesses em jogo não são contraditórios.

A discussão entre feministas, pertencentes a diferentes vertentes deste tipo de pensamento, à qual se fez referência anteriormente, diz respeito à possibilidade de se estar dentro ou fora do gênero. Lauretis defende a tese de se poder estar, simultaneamente, dentro e fora do gênero. Dado o fato de a sociedade estar contida em sua própria estrutura, não se admite a probabilidade de mulheres e homens estarem fora do gênero. Isto seria o mesmo que defender relações interpessoais fora da estrutura social, que, aqui, se rechaça veementemente. A rigor, quando Lauretis pensa mulheres (e a estas podem se agregar homens) fora do gênero, pensa-as fora do “contrato patriarcal”. Nesta linha de raciocínio, nenhuma mulher e nenhum homem podem situar-se para além da totalidade das matrizes de gênero. Se o “gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder” (Scott, 1988), nenhum representante das categorias de sexo pode situar-se fora dele.

Parece muito mais frutífero o conceito de inteligibilidade cultural de gênero, cunhado por



Butler (1990). Sem adentrar questões que caem fora do escopo deste trabalho, parte-se, primeiro, para uma crítica à autora em pauta. Com efeito, Butler concebe o padrão dominante de gênero como o normal e as matrizes subversivas, competitivas de gênero como a **desordem de gênero**. Isto nada mais é do que a postura positivista de Durkheim, com os conceitos de normal e patológico. A desordem é sim a patologia, na medida em que o mundo tende para a entropia. É por esta razão que os controles sociais têm enorme relevância. Pode-se vislumbrar, em seu texto, que a matriz dominante de gênero situar-se-ia nos limites da heterossexualidade, enquanto as matrizes concorrentes se enquadrariam na homossexualidade, observação que talvez se aplique também a Lauretis. Entretanto, parece estar claro que se pode trabalhar com muitas matrizes de gênero, permanecendo dentro dos limites da heterossexualidade. É exatamente no seio desta flexibilidade que se conseguem explicar as mudanças. Há, por sinal, uma preliminar a isto: as transformações na ordem patriarcal de gênero e no nó que esta forma historicamente com o racismo, seu irmão gêmeo, e com o capitalismo decorrem das transgressões, que constituem a gênese das mudanças. Há que lembrar que a maioria destas apresenta caráter cumulativo, refletindo nas demais contradições, inclusive as secundárias, com as quais convive. As estruturas patriarcais de poder contaminam absolutamente todas as instituições sociais, assim como, muitas condutas singulares ainda não institucionalizadas. Nada ocorre fora destas estruturas patriarcais de poder; nem mesmo as matrizes subversivas de gênero, que as transformam a partir de dentro, já que não existe nenhum espaço **fora**.

Face ao exposto, cabe apontar duas questões que respondem, pelo menos parcialmente, por estas confusões. A primeira diz respeito à dificuldade de alguns intelectuais de lidar com o conceito de estrutura. Via de regra, ela é tomada como uma armadura rígida, inflexível. Prefere-se, aqui, compreendê-la segundo Marx ou, trocada em miúdos, de acordo com Thompson (1981), ou seja, como o leito de um rio, que, ao mesmo tempo, dá a direção dos acontecimentos e também pode ser desviado de seu curso previamente traçado por intermédio da práxis. O gênero, sem dúvida, assim como as classes e as raças/etnias constituem destinos. Como todos nascem no interior de uma determinada classe social, e pertencem a uma categoria de sexo e a uma raça/etnia, todos, sem exceção, têm estes seus destinos traçados. Estes são os limites traçados pela estrutura social. Não é segredo para ninguém que as probabilidades dos filhos de operários chegarem ao ensino universitário são extremamente reduzidas se comparadas às dos filhos de famílias abastadas. Todavia, sem resvalar nem no essencialismo biológico (**a anatomia é o destino**) nem no essencialismo social (**a modelagem social do gênero é privilegiada de tal modo, que se esquece do corpo de mulheres e de homens**), há que sublinhar a existência de espaços para a operação do imponderável. Eis porque milhões de mulheres e de homens transformam estes destinos com os quais nasceram.

O Brasil, durante muito tempo, foi exemplar em termos de possibilidades de ascensão social, sobretudo para os homens, mas também, ultimamente, sobretudo, para mulheres. Quantos filhos e netos de imigrantes europeus podem ilustrar esta estrutura social mais flexível, se comparada às de muitos outros países, mormente europeus. Bertaux (1977) revela como na França há muito maior fixidez na classe social de nascimento que mobilidade social ascendente. Em geral, no novo mundo, as estruturas sociais permitiram, com variações segundo o tipo de colonização e o momento histórico, transformações tendentes a uma maior democracia, por exemplo, na pirâmide ocupacional, uma vez que nunca houve posições tão rigidamente fixadas

como as da nobreza. O momento atual, em quase todo o mundo e em especial no Brasil, assiste ao movimento oposto, ou seja, à mobilidade social descendente. Veja-se, de um lado, a disseminação da miséria e, de outro, o empobrecimento das camadas médias. Este fenômeno da proletarianização das camadas médias e do empobrecimento de todo o povo brasileiro, aí incluso até um bom número de empresários, vem ocorrendo acentuadamente há mais de uma década, dando lugar a uma escandalosa expansão dos lucros bancários, à fusão de bancos que se tornaram instituições financeiras das mais espoliadoras da pequena poupança da nação, assegurando o domínio do capital parasitário, que promoveu verdadeiro retrocesso nas atividades produtivas. Obviamente, não pode existir mobilidade social ascendente num quadro como este. Ao contrário, à medida que o PIB do país cresce num ritmo inferior ao da população, a economia regride, o índice de desemprego se eleva e o desalento toma conta dos desempregados. Como já se afirmou anteriormente, milhares, e mesmo milhões, de mulheres estão encontrando maneiras as mais variadas de ganhar o pão de cada dia. Localizando-se majoritariamente no chamado setor informal de trabalho ou, minoritariamente, no setor formal, sua contribuição para o orçamento doméstico hoje é imprescindível. Mesmo porque em crescente número de casos, já não se trata de contribuição, mas do maior aporte à subsistência da família ou da única entrada de pecúnia. É importante assinalar o quão contraditória é a sociedade estruturada pelos racismo, sexismo e capitalismo. Trata-se de frisar que estas contradições são fundantes da sociedade capitalista. Embora Thompson tenha sido um excelente historiador, teve razão Scott (1988), ao lhe dirigir crítica contundente pelo modo como tratou a participação das mulheres na economia inglesa durante e após a revolução industrial. Com efeito, embora Thompson (1966) não haja negado a contribuição das mulheres para a economia inglesa na revolução industrial, mesmo porque seria impossível fazê-lo, não percebeu, da perspectiva qualitativa, a maneira pela qual a classe trabalhadora se constituiu, absorvendo mulheres (e crianças), no livro *The Making of the English Working Class*. De fato, Thompson não se deu conta de que a classe trabalhadora inglesa formou-se numa sociedade em que já eram milenares o racismo e o sexismo, estruturas de poder por ela incorporadas. A participação quantitativa de mulheres pode ser vista a olhos nus. Instrumentos conceituais especiais são necessários para entender a dimensão qualitativa deste processo: as mulheres foram absorvidas pelo mercado de trabalho inglês não como trabalhadoras, mas como mulheres, fenômeno que se repetiu e continua se repetindo onde quer que o capitalismo se instaure. As estruturas existentes são utilizadas pelo capitalismo, a fim de se implantar e de realizar seu projeto de exploração-dominação dos homens enquanto trabalhadores e das mulheres enquanto força de trabalho sexuada.

Haja vista a origem da escravidão e o modo distinto em que ela se fez presente na sociedade, se se considerarem mulheres e homens. Quando um povo conquistava outro, o vencedor eliminava fisicamente os homens, dado o perigo que eles representavam. As mulheres eram preservadas, a fim de serem utilizadas como força de trabalho e como objetos sexuais de seus novos “proprietários”. Ademais, produziam mais mão-de-obra, fator de produção importantíssimo nas sociedades sem tecnologias ou com tecnologias rudimentares. Uma vez incorporados contingentes femininos na classe trabalhadora como força de trabalho sexuada, desenvolveram-se múltiplas tecnologias de gênero, visando a sua manutenção nesta categoria. Embora as lutas feministas hajam logrado frutos positivos no caminho da dessexualização da força de trabalho, ainda persistem forças poderosas que individualizam as trabalhadoras enquanto



mulheres, daí decorrendo situações extremamente deletérias a esta categoria social, como salários mais baixos, assédio sexual, inadequadas condições de trabalho, etc.

Por não atentar suficientemente para as relações entre homens e mulheres numa ordem patriarcal de gênero, Marx afirmou que todas as forças de trabalho se equalizariam, no capitalismo. Isto jamais ocorreu e, da perspectiva aqui assumida, só poderá acontecer numa sociedade igualitária. A equalização de todas as forças de trabalho foi pensada como possível, uma vez que Marx abstraiu o modo de produção capitalista da formação social em que ele atuava. Como se pode perceber, o próprio autor que legou um excelente método às ciências sociais, às vezes, isola um fenômeno, para efeito de análise e, em não o repondo em seu contexto, acaba por fazer previsões sem possibilidade de concretização. Houvesse ele atentado para o patriarcado e para as desigualdades entre raças/etnias, certamente teria evitado este equívoco. Numa estrutura racista, sexista e classista, obviamente, as trabalhadoras não se constituem da mesma forma que os trabalhadores. Elas são sempre trabalhadoras mulheres brancas ou trabalhadoras mulheres negras ou de outra raça/etnia. Fica, pois, evidente, que a totalidade constitui o ponto de partida e, depois de um processo de análise e de um processo de síntese, também o ponto de chegada. Eis porque o verso escolhido de Sergio Ricardo é pertinente como epígrafe deste artigo. Para frisar, **a totalidade constitui o ponto de partida e o ponto de chegada de todo conhecimento.**

A outra questão concerne à ordem em que distintas estruturas de poder se sucederam na história. É freqüente ouvir e ler que as discriminações sofridas pelas mulheres são resquícios de um patriarcado que existira em sociedades sem Estado. Na verdade, a história estava(está) sendo mal contada. A humanidade tem entre 250 mil e 300 mil anos e não nasceu patriarcal, uma vez que se tem feito um enorme esforço para mostrar que o gênero é socialmente construído. Efetivamente, não há sociedade que não construa imagens do feminino e do masculino. Isto é gênero. Claro que daí decorre uma divisão sexual do trabalho. Embora seu conteúdo possa variar, ela sempre está presente. Entre as atividades femininas e masculinas não há, necessariamente, uma hierarquia do ângulo do prestígio, do poder etc. Não se vive dizendo e escrevendo que as desigualdades sociais foram construídas? Ora, é preciso ser coerente. Comparado à humanidade, o patriarcado é um recém-nascido, pois, segundo Johnson (1997), sua construção teve início entre os anos 5000 aC e 4500 aC, em decorrência de dois importantes fatos históricos: a produção do excedente econômico e a descoberta da participação masculina no ato de fecundação. Até então, as mulheres eram consideradas seres mágicos, poderosos por serem capazes de engendrar, sozinhas, uma nova vida. Com a produção ampliada, criadora de desigualdades socioeconômicas, e sabendo-se imprescindíveis na procriação, os homens passaram a diminuir as mulheres, e a construir seu domínio sobre elas. Aos poucos, foram eles consolidando seu projeto de dominação-exploração das mulheres.

Já Lerner (1986) apresenta outro tipo de datação. Recorrendo a evidências paleontológicas e arqueológicas, ela situa o início da construção da ordem patriarcal de gênero no ano 3100 aC, afirmando ter sido tão forte a resistência das mulheres que a nova estrutura de poder precisou de 2.500 anos para se consolidar. Assim sendo, o patriarcado tem cerca de 5.100 anos de idade, se o princípio de sua construção for tomado como referência, ou apenas 2.600 anos, se se preferir tomar sua consolidação como momento histórico para contagem do tempo. Lerner trabalha bastante com sociedades de caça e coleta. Em tais sociedades, a igualdade de gênero

era quase total, provendo as mulheres mais de 60% das necessidades alimentares do grupo. Tratava-se, claro, de sociedades sem Estado. Desta sorte, ao longo da história, o patriarcado foi sofrendo transformações, visando a sua própria sobrevivência. Quem critica o uso deste conceito, alegando se tratar de conceito formulado para sociedades sem Estado, rigorosamente, procede à a-historização deste constructo mental, assim como do próprio fenômeno social **patriarcado**. O modo de produção capitalista constitui, dentre as três contradições sociais básicas, um fenômeno extremamente recente, que se incrustou em formações sociais muito distintas, apropriando-se daquilo que cada uma apresentava de específico, assim como dos traços comuns a todas. Quem não enxerga esta verdade, nega a necessidade de pesquisas empíricas, uma vez que Marx já desvendara, no séc. XIX, os mecanismos fundamentais de operação deste modo de produção. Na verdade, as pesquisas empíricas são altamente necessárias, uma vez que, em cada local, o modo de produção capitalista se apresenta mesclado com tradições ali existentes. O patriarcado, como todos os fenômenos sociais, já não guarda identidade com o objeto por Weber conceituado. Há uma tradição, que “mistificou o patriarcado, tornando-o a-histórico, eterno, invisível e imutável” (Lerner, 1986, p. 37), características que ele não possui.

Na sociedade capitalista há três projetos, de longa duração, de exploração-dominação: o projeto da burguesia, que visa a dispor como lhe aprouver da classe trabalhadora; o projeto dos homens, cujo objetivo consiste em subordinar as mulheres; e o projeto dos brancos de manter sua supremacia, no caso do Brasil, face aos negros. Cabe, aqui, um autoplágio: na sociedade brasileira, o poder é rico, branco e macho (Saffioti, 1987). Rigorosamente, estes três projetos nem sempre são discerníveis. Embora, a curto prazo, os interesses de cada contingente humano destinado a realizar tais projetos possam não coincidir, a longo prazo, tudo conduz à manutenção de sua supremacia, operando sempre no sentido de dominar-explorar. Ainda que sejam inúmeras as tecnologias sociais (artes, ciência, discursos, etc.) de reforço ao *status quo*, não se pode prescindir da violência. Violência étnico-racial, violência de classe e violência de gênero viabilizam a concretização da santíssima trindade. Eis porque a violência não apenas existe, mas se torna absolutamente necessária para assegurar o bem-estar de alguns em detrimento do sofrimento de milhões. Não se trata, contudo, de uma situação sem saída. Mulheres transgridem e, numa sociedade atravessada pelo patriarcado, a transgressão é necessariamente feminina, pois quem elabora as leis não as destinam para si próprios, mas para aquelas que pretendem dominar-explorar. Não se privilegia, aqui, nenhuma das contradições, gozando as três do mesmo estatuto teórico. Sabe-se que há homens negros e brancos explorados-dominados. Abaixo deles, contudo, há mulheres, mulheres, mulheres... O galinheiro humano é realmente mais cruel que o galináceo.



Referências bibliográficas

- AZEVEDO, M.A., GUERRA, V.N.A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: Azevedo e Guerra (orgs.) (1989) *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, pp. 25-47.
- BUTLER, Judith (1990) *GENDER TROUBLE – FEMINISM AND THE SUBVERSION OF IDENTITY*. USA: Routledge, Chapman & Hall, Inc.
- GUATTARI, Félix. (1981) *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- JOHNSON, Allan G. (1997) *The Gender Knot – unraveling our patriarchal legacy*. Filadélfia: Temple University Press.
- LERNER, Gerda (1986) *The Creation of Patriarchy*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press.
- _____ (1990) *AS TRÊS ECOLOGIAS*. Campinas: Papirus Editora.
- _____ & ROLNIK, Suely. (1986) *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- LAURETIS, Teresa de (1987) The technology of gender. In: LAURETIS, Technologies of gender. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, pp. 1-30.
- MARX, Karl (1957) *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Editions Sociales, pp. 150-175. Trata-se da Introdução, também conhecida como postfácio.
- SAFFIOTI, H.I.B. (2001) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, *Cadernos Pagu*, Número organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes – Desdobramentos do feminismo – pp. 115-136.
- _____ (1999) Já se Mete a Colher em Briga de Marido e Mulher. *SÃO PAULO EM Perspectiva*, vol. 13, nº 4, intitulado *A VIOLÊNCIA DISSEMINADA*.
- _____ (1987) *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna.
- _____ (1997) Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: Kupstas, Márcia (org.) *VIOLÊNCIA em debate*. São Paulo: Editora Moderna, pp. 39-57.
- SAFFIOTI, H.I.B., ALMEIDA, S. S. de (1995) *VIOLÊNCIA DE GÊNERO: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.
- SCOTT, Joan Wallach (1988) Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: HEILBRUN, C.G., Miller, N.K. (orgs.) *GENDER AND THE POLITICS OF HISTORY*. Nova Iorque: Columbia University Press, pp. 28-50.
- _____ (1988) Women in The Making of the English Working Class. In: *GENDER AND THE POLITICS OF HISTORY*, pp. 68-90.
- THOMPSON, E.P. (1981) *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Redes de cidadania e parcerias Enfrentando a rota crítica

Márcia Camargo e Silvia de Aquino

Estudos internacionais e em nosso país demonstram que as pessoas em situação de violência são atingidas por dificuldades e obstáculos caracterizados como uma rota que desenha uma trajetória de idas e vindas, círculos, que fazem com que o mesmo caminho seja repetido sem resultar em soluções e, sobretudo, apontam investimento de energias e repetições que levam a desgaste emocional e revitimização. A esse processo chamamos *rota crítica* (OPAS, 1998).

A eficácia das ações de prevenção e redução da violência doméstica e de gênero depende da reunião de recursos de diversas áreas, dada a complexidade do problema e as repercussões que causa, conforme comprovam estes estudos.

Desde meados dos anos 80 no Brasil a ação do estado nesta área restringiu-se basicamente à proteção policial e ao encaminhamento jurídico dos casos, visando à punição do agressor e reparação à vítima. As avaliações em torno desta política apontaram este como um dos aspectos de insuficiência para uma intervenção de impacto sobre o problema. O isolamento das Delegacias de Proteção à Mulher reduziu o impacto desta ação e, entre outras consequências, difundiu uma percepção de que as vítimas “desistiam” de seu objetivo inicial ao apresentarem a denúncia.

Já no início dos anos 90, tanto na área da saúde como na área da assistência surgiram novas ações e abordagens para o problema da violência doméstica e de gênero. Neste momento os serviços de saúde passaram a adotar políticas visando diagnosticar o problema e oferecendo atenção à saúde nos casos de violência sexual, violência contra as crianças e outros agravos. Também surgiram as Casas-abrigo, reivindicadas pelo movimento de mulheres e apoiadas pelas próprias Delegacias, uma vez que as providências policiais e jurídicas eram burladas pelos agressores e, muitas vezes, as denunciante sofriam violência maior como castigo por sua iniciativa.

Da colaboração entre estes serviços surgem as primeiras parcerias e, em alguns estados e municípios, se formalizam papéis e vínculos entre eles, conformando uma rede de atendimento. Essa estratégia é recomendada pelas experiências mundiais e locais e corresponde a um conceito de colaboração e integração de serviços que visa à assistência integral.

A adoção de ações em diferentes áreas, de forma sistemática e continuada, garantindo acesso e qualificando a intervenção em cada área é o que deve caracterizar a promoção pelo estado de políticas públicas, constituindo uma rede de ações e serviços. Este proces-



so é ainda incipiente e insuficiente.

Os estudos sobre impacto das ações do Estado sobre o problema da violência apontam uma difícil trajetória às vítimas (1998), repercutindo, inclusive, em situações de revitimização. Esta revitimização origina-se seja nas dificuldades do atendimento, que vão desde um acolhimento inadequado, a falta de uma escuta não-julgadora, a imposição de condutas e resoluções que não encontram adesão de parte das usuárias dos serviços, até a ausência de acesso aos meios jurídicos e de proteção que viabilizem o respaldo da vítima frente ao agressor, levando muitas vezes à perda de vidas.

Considerando que o enfoque de desenvolvimento de políticas públicas nesta área é recente, a articulação dos serviços e recursos, a integração dos profissionais e a constituição formal de redes de assistência são prioridade para a sustentação de uma ação do Estado com reconhecida qualidade e eficácia frente ao problema.

A prioridade de enfoque do **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher** é desenvolver esta rede, articulando os serviços e também reunindo os esforços de diferentes níveis de governo, além da sociedade civil e dos movimentos sociais de mulheres.

Os principais pontos desta rede são: área jurídica e de proteção, área social, área de saúde, área de segurança e os serviços e organizações que promovem a educação e a cidadania.



Delegacias: uma história de conquistas e aprendizados

Na década de 80, como conquista da luta contra a violência, foram instituídas as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher. A primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada em São Paulo, em agosto de 1985, pelo governo Franco Montoro (PMDB), sob pressão do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina (Saffioti, 1994). Imediatamente, outras 152 foram instaladas, sendo que mais da metade delas no Estado de São Paulo e as demais principalmente nas capitais de outros estados. Embora a grande concentração das delegacias tenha permanecido no Estado de São Paulo a existência do serviço quase restrito às capitais, houve uma evidente influência no sentido de um incremento de registro de ocorrências policiais em todo o Brasil. Atualmente existem 339 DEAMs.

Em depoimento no Seminário Nacional Preparatório à Conferência de Pequim no tema *Violência Contra a Mulher* (1994), a Delegada Suzana Maria Ferreira, da seccional de Monte Aprazível/SP, revelou: “na verdade, as DEAMs já nasceram discriminadas. A primeira foi criada em 1985(...) Neste momento começou a surgir a discriminação das mulheres, porque nossos colegas passaram a ver na aprovação das delegadas e na criação das DEAMs uma perda de espaço(...) A DEAM não é uma luta das delegadas de Polícia. A DEAM é fruto do movimento de mulheres(...) Só que o movimento de mulheres não passou às delegadas a importância desta luta(...)”

Outro depoimento no mesmo Seminário, da antropóloga Maria Luiza Heilborn, agrega elementos a esta análise, do ponto de vista feminista: “(...) algumas mulheres, particularmente as mulheres de camadas populares, vão às delegacias da mulher fazer a sua denúncia (...) mas o que se deseja não é uma clareza, uma nitidez de que há um propósito de punir, de impetrar o início de um processo, uma queixa-crime contra o marido, mas se reivindica a intervenção de uma autoridade que possa regular as relações domésticas.”

Inicialmente, depositou-se sobre as Delegacias (Camargo, 1997) a expectativa de constituírem-se em uma resposta global no enfrentamento ao problema da violência doméstica. Paralelamente, reuniu-se uma proposta crítica para reformulação dos Códigos Civil e Penal e que representa o reconhecimento da cidadania feminina em temas como a organização da família; as regras de matrimônio; direitos iguais à administração de bens e responsabilidades na sociedade conjugal; o respeito à integridade física e à vontade da mulher nos casos de violência sexual, precedendo os interesses morais de quem quer que seja; a eliminação de dispositivos abertamente injustos como a virgindade da mulher como qualidade essencial de pessoa, a expressão *mulher honesta*, e de figuras criminais como o *adultério*, *sedução*; a inclusão do assédio sexual como crime relativo ao uso de poder do agente sobre a vítima por cargo, profissão ou atividade religiosa, entre outros. As alterações conquistadas vieram a reforçar a luta contra a discriminação. Mas são ainda insuficientes os meios legais e precisam ser ampliados.

A implantação das Delegacias teve impacto positivo na visibilização da violência contra a mulher, no aumento das denúncias, mas também seus limites. Se operadas de forma isolada e sem os elementos necessários à qualificação do atendimento dispensado à mulher, levam à chamada *rota crítica*: exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor. “A DEAM, além de trazer os números a público, trouxe uma discussão política sobre a violência contra a mulher. Os números alarmantes fizeram com que a violência entrasse



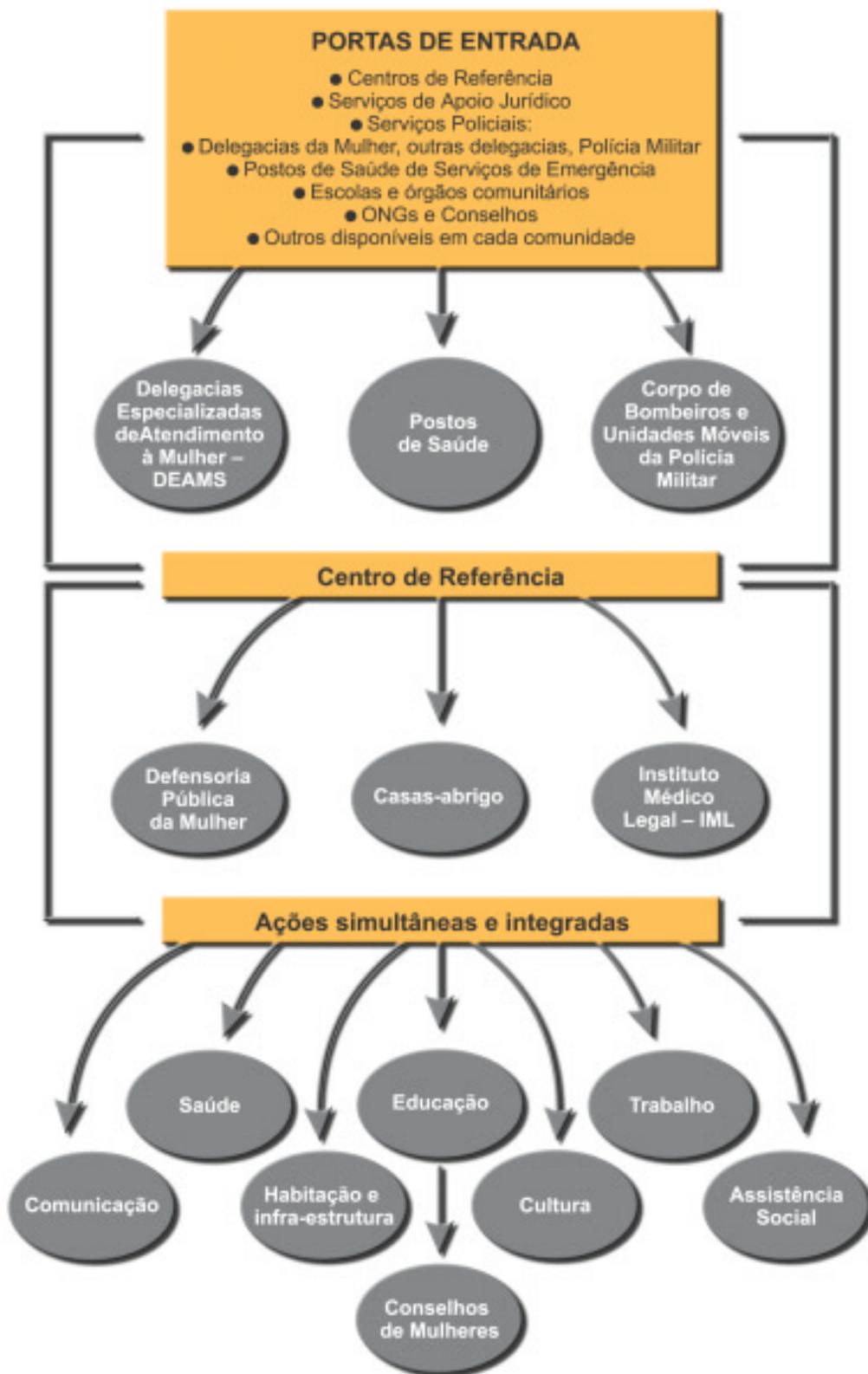
na pauta das discussões políticas(...) Por outro lado, vejo a década de 90 como a da decadência das Delegacias(...)” Este depoimento da delegada Suzana Maria Ferreira (SP), em 1994 deve ser tomado mais do que como um alerta, como um chamado à ação.

O conflito entre a expectativa elevada de parte da sociedade e dos movimentos sociais organizados, objetivos difusos, falta de aparelhamento, insuficiências da legislação, colocaram as Delegacias da Mulher frente a importantes impasses. Ao implantarem-se as Delegacias, na ausência de outros serviços para o atendimento às demandas complexas nas situações de violência doméstica, muitos foram os papéis a elas atribuídos. Este papéis nem sempre adequavam-se aos objetivos para os quais foram preconizadas e estavam equipadas. De outro lado, a ausência de capacitação para o manejo profissional em esfera pública das situações de violência e a convicção de que a denúncia desencadeava automaticamente a resolução da situação, colocaram as Delegacias como alvo de críticas do movimento feminista, sem que estivessem dadas as possibilidades para um melhor funcionamento do serviço.

Retomando e avaliando a experiência da implantação das Delegacias, à luz da própria experiência e observação do movimento feminista, desde a militância nos S.O.S., na década de 70-80, podemos melhor compreender os limites e possibilidades do desenvolvimento de políticas públicas de combate à violência contra a mulher em um campo de ação mais amplo e integrado. Da mesma forma que centramos, na década de 80, na denúncia a resolução da situação de violência, oferecia-se a ação policial como primeiro recurso, e mesmo único, dada a inexistência de outros recursos e serviços. A Delegacia, que deve ser um recurso específico à responsabilização criminal do agressor, desdobrando-se em providências judiciais, esgotava-se como única alternativa. Deste processo gerou-se um aumento crescente de denúncias, no entanto, confrontamo-nos socialmente com a falta de recursos no respaldo às vítimas na área social, de saúde e mesmo jurídicos.

De outro lado, sendo a queixa policial desencadeadora de todo um processo judicial, e estando como primeiro e único recurso, rapidamente evidenciou-se a ambigüidade da mulher. Esta ambigüidade não teve lugar nas delegacias, e a tradução social veio fortalecer a representação de uma mulher que *não sabe o que quer* frente à violência, *gosta de apanhar* e tantas outras interpretações daí surgidas.

A solução positiva a este limite é a constituição de uma **rede de serviços e parcerias** que, integradamente, aporte os recursos necessários ao enfrentamento da violência doméstica e de gênero.



Centros de Referência: saindo do isolamento

Os fatores de invisibilidade, vergonha, medo e outros que são detectados entre as pessoas que sofrem violência, fazem com que sejam necessárias ações incisivas quando se busca romper este ciclo. É necessário que as pessoas que precisam de apoio, muitas vezes de forma imediata e urgente, encontrem respaldo e acolhida em vários serviços, que vêm a compor a **Rede de Cidadania**. Sobretudo, como forma de dar visibilidade e agilidade a esta **Rede de Cidadania** é necessário que se multipliquem os **Centros de Referência**, para acolher, informar, orientar e apoiar em providências adequadas para cada caso.

Na experiência de construção de serviços de assistência a mulheres em situação de violência – Delegacias Especializadas, Casas-abrigo, Defensorias e órgãos judiciais, etc – na década de 90, a tendência ao isolamento e à onipotência foram predominantes. Hoje, o desafio é constituir, de forma bem concreta e operativa, um *lugar* no ordenamento administrativo, técnico e social das organizações do Estado.

Esta experiência nos leva a apontar a constituição dos **Centros de Referência** e da **Rede de Cidadania**, respeitando as especificidades de cada município ou região, que apóie de forma concreta e eficaz as pessoas que sofrem violência. Através desta rede, as ações deixam de ser isoladas e passam a constituir o que chamamos de **políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência, através de colaboração e parcerias**.

O isolamento é também o lugar de onde vem a clientela a ser assistida – as mulheres em situação de violência. Portanto, a instituição, a equipe e seus pressupostos vivem uma tensão constante de *exclusão*. Esta exclusão articula-se, mais uma vez, com os conceitos de *público* e de *cidadania* predominantes, onde até bem pouco tempo a violência doméstica e sexual não era reconhecida como um problema *público*. Esta tensão pelo isolamento foi vivida pelas Delegacias. Fruto das pressões do movimento de mulheres, as delegacias estabeleceram-se como um local que provisoriamente sediou a assistência ao problema da violência, numa negociação com o Estado que cabe, neste momento, ser revista e ampliada.

A função de **responsabilizar e punir** o agressor, afetas à **Justiça**, apoiada pelos **serviços policiais**, e a função de **diagnosticar, assistir, dimensionar impactos à saúde e ao desenvolvimento** dos envolvidos, **prevenir**, enfim, toda a multiplicidade de ações implicadas, devem ser assumidas por outros **órgãos, serviços, agentes sociais e comunitários**, através de programas articulados, na área da **educação**, da **saúde**, da **assistência**, da **promoção de trabalho, renda e crédito**, da **moradia**, enfim, todos os serviços, ações e programas que possam concorrer positivamente à eliminação da violência. *Conferir onipotência a este ou aquele serviço ou ação, enquanto política isolada, serve apenas para reinscrever a violência doméstica em seu estigma – a invisibilidade, o isolamento e a clandestinidade.*

O impacto social das políticas públicas de combate à violência está intimamente relacionado à capacidade de desvelamento de seus vínculos e articulações sociais, econômicas, políticas, e sua imbricação estrutural.

A ação incisiva do Estado, dentro de um novo conceito de enfrentamento à violência, agora compreendida como um problema de todos, complexo em suas repercussões e prejuízos, sobretudo, que exige uma ação global – envolvendo a sociedade e o Estado – põem em marcha

as novas políticas públicas que aqui recomendamos e normatizamos.

O governo brasileiro está, neste momento, assumindo o compromisso de eliminar todas as formas de exploração e violência contra a mulher. E assume, assim, a perspectiva de **assegurar a cada mulher condições de conquistar sua cidadania.**

Construindo redes de apoio



Referências bibliográficas

Mazoni, L. Camargo, M. Barroso, M. *Termo de Referência para Implementação de Casas-abrigo*. CNDM-MJ, 1997, Brasil.

Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres

Márcia Camargo e Silvia de Aquino

A necessidade de compromisso efetivo do Estado na implementação de políticas públicas sob a ótica de gênero torna-se cada vez maior, frente aos prejuízos ao desenvolvimento pessoal e social que atingem as mulheres em situação de violência e em iminente risco de vida.

De acordo com dados divulgados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os custos da violência na América Latina representam 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região. O que significa cerca de US\$ de 168 bilhões, anualmente. O Brasil é apontado como o país que mais sofre com o problema, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB, o que representa US\$ 84 bilhões anuais (Heise, Pitanguy, Germain, 1998).

A partir da denúncia ou do aguçamento do conflito doméstico, as mulheres em situação de violência ficam em exposição vulnerável, uma vez que prevalece a impunidade, expressa desde a dificuldade de obtenção de medidas cautelares em tempo hábil ou mesmo de sua real eficácia, com o afastamento do agressor. Nestas condições, a mulher é exposta a sérios riscos, mesmo quando busca proteção junto ao Estado.

No Brasil, nos últimos trinta anos, o movimento feminista vem alertando a sociedade frente à violência que atinge a maioria das mulheres. Estas lutas obtiveram conquistas significativas, expressas na adoção de políticas públicas, nos avanços jurídicos e no crescente debate e conscientização sobre o problema. A partir da Constituição de 1988, ficou assegurado que o Estado brasileiro avoca para si a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica (Art. 226, § 8º da CF).

Neste mesmo sentido, caminharam o Programa Nacional dos Direitos Humanos (1996) do Ministério da Justiça no título Proteção do Direito e Tratamento Igualitário Perante a lei, e as Estratégias de Igualdade (1997), do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O Brasil destaca-se pela adesão a compromissos de âmbito internacional nos temas da eliminação das discriminações de gênero, e é papel do governo fazê-los instrumentos reais de elevação da condição de cidadania das mulheres.

O **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher** reúne os conceitos, ações e recursos de todos os Ministérios e órgãos que aportam soluções e incidem sobre o problema da violência contra mulheres e crianças, da exploração sexual e econômica destes setores vulneráveis e, sobretudo, da violência doméstica.

Também, o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, de 2003, aborda a violência doméstica e de gênero como um problema de todos e propõe oito metas específicas, buscando atingir resultados na área de segurança e de saúde, através de sistemas integrados e descentralizados de atendi-



mento a vítimas e agressores. Para tanto, remete sua ação ao esforço conjunto entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Em 1996, após onze anos da inauguração da primeira Delegacia de Proteção à Mulher, quando do lançamento da primeira versão do Termo de Referência para Implementação de Casas-abrigo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher destacava a existência de 172 Delegacias Especializadas de Proteção à Mulher. Na mesma data existiam menos de dez Casas-abrigo. Atualmente contamos com 75 Casas-abrigo e 339 Delegacias, no país.

A expectativa da sociedade e do movimento organizado de mulheres é de que se ampliem as políticas e qualifiquem as ações já existentes.

A violência doméstica e de gênero é um problema complexo, que possui profundas raízes na organização social, nas estruturas econômicas e de poder na sociedade. Enfrentá-la exige o desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas e a mobilização e conscientização da sociedade. O engajamento dos governos e dos mais amplos setores sociais é fundamental para que se ergam bases para a construção de um profundo compromisso de respeito e igualdade nas relações de gênero.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres retoma a relação de colaboração com os governos, entidades e organizações não-governamentais, através do direcionamento de programas e recursos para apoiar as ações de enfrentamento à violência.

As políticas de proteção e segurança são essenciais para o enfrentamento à violência, mas é preciso avançar tanto em políticas de prevenção como na ampliação de políticas que articuladamente trabalhem para uma reversão da dependência financeira, elevação da autoestima das mulheres, fortalecimento da capacidade de representação e participação na sociedade, enfim, criem condições favoráveis à autonomia pessoal e coletiva. Também as repercussões à saúde que são causadas pela violência doméstica têm que ser assumidas e acolhidas em programas de assistência a vítimas e agressores.

A criação das Delegacias Especializadas constituiu-se num marco para a visibilidade da violência contra a mulher. Posteriormente, com o surgimento dos Centros de Referência se ampliaram as possibilidades de intervenção. Neste contexto, uma das conquistas do movimento de mulheres foi a implementação de Casas-abrigo, como uma solução possível, para aquelas em risco de vida (Meneghel, Camargo e Fasolo, 2000). No sentido de ampliar esta iniciativa exige-se a destinação de recursos e sua normatização, enquanto uma política pública estratégica na proteção às mulheres.

Preocupa-nos de sobremodo a qualidade dos serviços que virão a ser prestados a estas mulheres. Considerando a gravidade da situação das usuárias destes serviços, propomos a implementação destas políticas, oferecendo à mulher em situação de violência, um acolhimento com a dignidade a que tem direito e renovando os pressupostos conceituais e compromissos do Estado com estas políticas.

Referências bibliográficas

OPAS – Organización Panamericana de la Salud. *in* Protocolo de Investigación. *La ruta crítica que siguen las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar*. 1998, Washington D.C.

Camargo, M. *Novas Política de Combate à Violência Contra a Mulher in* O PT e o Feminismo, Ed. Perseu Abramo, 1997, SP-Brasil.

Mazoni, L. Camargo, M. Barroso, M. *Termo de Referência para Implementação de Casas-abrigo*. CNDM-MJ, 1997, Brasil.

Heise, L. Pitanguy, J. Germain, A. *Violência Contra la Mujer: Carga de Salud Oculta*. Banco Mundial, 1998, Washington D.C.

Meneghel, S. Camargo, M. Fasolo, L. *Mulheres Cuidando de Mulheres: Um Estudo sobre Moradoras da Casa de Apoio Viva Maria*. Cadernos de Saúde Pública - CEAS, 2000, volume 3, RJ, Brasil.



Consolidando as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres

O enfrentamento à violência contra a mulher exige o envolvimento da sociedade em seu conjunto: os três poderes, os movimentos sociais, as comunidades. Isso significa construir uma verdadeira rede, a que chamamos **Rede de Cidadania**: uma ação que reúne recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência doméstica e contra a mulher em nosso país. A complexidade do enfrentamento à violência contra as mulheres se expressa nas diferentes formas que esta violência assume: violência sexual, doméstica, física e emocional, violência psicológica e violência social.

Na constituição da Rede, entendemos que alguns serviços funcionam como Portas de Entrada: centros de referência; serviços de apoio jurídico; serviços policiais: delegacias da mulher, outras delegacias, Polícia Militar; Postos de Saúde de Serviços de Emergência, escolas e órgãos comunitários; ouvidorias; organizações não-governamentais e conselhos. Cada um desses lugares tem uma importância e um papel a desempenhar no combate, na assistência e no processo de erradicação da violência contra a mulher.

As **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs** têm o papel de investigar, apurar e tipificar o crime. É a primeira instância da busca de proteção.

O **Corpo de Bombeiros e Unidades Móveis da Polícia Militar**, são outras possibilidades de ajuda às mulheres quando em situação de violência; são estes órgãos e serviços que, muitas vezes, prestam o primeiro socorro às mulheres.

O **Instituto Médico Legal – IML** tem um papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente às vítimas de abuso sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias ao processo judicial e condenação do agressor. É o IML quem faz a coleta ou validação das provas recolhidas e demais providências periciais do caso.

O **Centro de Referência**, como o próprio nome diz, é o local de referência e orientação, responsável pelos encaminhamentos da Rede. Propulsor do processo de resgate da mulher como ser social, isto porque tem o papel de dar atendimento e acompanhamento psicológico e social à mulher em situação de violência, resgatando e fortalecendo sua auto-estima e possibilitando que esta se torne sujeito de seus próprios direitos.

Os **Serviços de Casas Abrigo** são espaços seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral à mulher em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias podem permanecer por um período determinado, até reunirem as condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.



As **Defensorias Públicas** – e as **Defensorias Públicas da Mulher**, têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. São órgãos dos Estados, responsáveis pela defesa das cidadãs, oferecendo suporte jurídico às mulheres. Nesse sentido é fundamental a existência de ações de assessoramento e capacitação em gênero para as pessoas envolvidas nos trabalhos das Defensorias.

As ações de proteção policial, assistência médica e as cautelares da área jurídica devem ser acionadas simultaneamente, de maneira que a mulher não seja prejudicada pela demora nas iniciativas emergenciais necessárias a seu caso.

Na **educação**, é fundamental manter atividades envolvendo pais e mães, alunas (os), professoras(es), funcionárias(os) e corpo pedagógico de escolas da rede pública e privada de ensino, bem como promover elaboração e divulgação de material informativo e capacitação das(os) trabalhadoras em educação. Divulgar e desenvolver conceitos não-discriminatórios no manejo e orientação na comunidade escolar, bem como no material didático produzido e adotado.

No **trabalho** é preciso criar e desenvolver atividades que envolvam trabalhadoras(es) e empresárias(os), empresas e sindicatos em comunidades urbanas e rurais, buscando gerar políticas inclusivas de inserção da mulher no mercado de trabalho com o objetivo de beneficiar as mulheres em situação de violência.

Na **Área da Saúde**, especificamente, é preciso desenvolver ações voltadas às unidades básicas de saúde da rede pública, gerando estratégias que ressaltem a noção de violência contra a mulher como um problema de saúde pública, principalmente no contexto da saúde da mulher, garantindo um acolhimento receptivo, procedimentos adequados e, sobretudo, atendimento integral. Os profissionais, homens e mulheres, devem estar capacitados para identificar a vítima de agressão, garantir uma escuta não julgadora e prestar todas as informações para que a denúncia e posterior reparação possam ser buscadas pela vítima, se assim ela decidir.

Na **área de habitação e infra-estrutura**, é preciso gerar e desenvolver políticas inclusivas para garantir que os recursos liberados pelo Governo Federal aos Estados contemplem linhas de crédito para a construção de casas para mulheres que estão nos serviços de proteção (casas-abrigo, centros de referência, DEAMS, entre outros) e também que se utilize critérios de prioridade para aquelas que são chefes de família.

Em relação à **cultura**, é importante difundir e estimular atividades culturais, como teatro, cinema, vídeos, música, festivais, onde o tema seja o combate à violência contra a mulher e à violência intrafamiliar, tendo como objetivo questionar a violência e desconstruir uma imagem de subordinação e submissão que tem sido reforçada ao longo da história.

Nos **programas sociais** existentes na área governamental, como bolsa-escola, renda mínima, cestas básicas, e outros, é preciso incluir as mulheres que estão em situação de violência.

Na área da **comunicação**, é possível promover ações de capacitação e sensibilização junto às Agências Reguladoras de Rádio, TV, Jornais e Peças Publicitárias, abordando as questões de gênero e reconstruindo a imagem das mulheres em situação de violência.

Os **Conselhos de Mulheres** têm o papel de monitorar e fiscalizar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados por todas as pessoas envolvidas no atendimento e assistência às mulheres em situação de violência. São organismos com representações governamentais e não-governamentais e devem ter sua autonomia respeitada. O estímulo, fortalecimento e ampliação destes mecanismos são fundamentais para o enfrentamento da questão da violência contra as mulheres.

Os **movimentos sociais**, em particular as organizações dos **movimentos feministas e de mulheres**, têm um papel fundamental no desenvolvimento e implementação desta Rede de Cidadania, atuando como fiscalizadoras das medidas, ações e programas adotados; como capacitadoras das diferentes instituições envolvidas na Rede, mobilizando a sociedade brasileira para a erradicação da violência contra as mulheres.

Nesse sentido, o **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher** que se constitui em um **Plano Nacional**, tem como meta a implementação desta Rede, articulando os serviços, agregando os diferentes níveis dos governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil e dos movimentos sociais, em especial, os movimentos de mulheres e feministas.

Como parte integrante desta Rede, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, da Presidência da República, está implantando um sistema de **Ouvidoria**, que tem como objetivo estimular a participação da mulher cidadã, como mais um instrumento no enfrentamento às discriminações e preconceitos contra as mulheres. A Ouvidoria está voltada para o atendimento da demanda com denúncias relativas à discriminação, às situações de violência e risco contra as mulheres, orientando-as a respeito da legislação, dos seus direitos e do encaminhamento das denúncias. É fundamental que os sistemas de ouvidorias já existentes sejam ampliados e recebam capacitação para o acolhimento devido das queixas e denúncias das mulheres.

Para que o enfrentamento da violência seja efetivo é necessário que essa extensa Rede de Cidadania funcione articulada e com apoio do Estado e da sociedade. E que, a cada dia, outros setores e organizações a ela se incorporem, fazendo do enfrentamento da violência contra as mulheres um dos centros de suas políticas e ações.

Para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra Mulher é meta prioritária e todos os esforços e recursos serão mobilizados para que esta Rede se estruture adequadamente e acolha as mulheres em situação de violência, dando a elas todo o suporte necessário.



Protocolo: orientações e estratégias para a implementação das Casas-abrigo

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) apresenta o Protocolo de Orientações e Estratégias para Implementação de Casas-abrigo, parte do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher, com o objetivo de atualizá-lo nos aspectos conceituais e metodológicos (Mazoni, Camargo e Barroso, 1997).

Conceituação

As Casas-abrigo constituem-se em uma das ações de um programa de políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência doméstica e de gênero.

As Casas-abrigo são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórica-cultural dos papéis femininos e masculinos, que têm legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres.

Objetivo Geral

Assumindo como pressuposto metodológico a percepção crítica das relações de gênero em nossa sociedade o objetivo geral das Casas-abrigo é garantir a integridade física e/ou psicológica de mulheres em risco de vida e de seus filhos de menor idade – crianças e/ou adolescentes, favorecendo o exercício de sua condição cidadã e de seu valor de pessoa sabedora de que nenhuma vida humana pode ser violentada.

Objetivos Específicos

- Promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor



idade, em especial nas áreas psicológica, social e jurídica.

- Promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da casa-abrigo a programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros.

- Prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los.

- Proporcionar ambiente e atividades propícios para que as mulheres possam exercer sua autonomia.

- Proporcionar ambiente e atividades propícios para recuperar sua auto-estima.

- Prover meios para o fortalecimento do vínculo mãe/filhos, favorecendo modos de convivência não-violentos.

- Promover o resgate dos vínculos entre pai e filhos, fortalecendo os aspectos saudáveis da relação.

Metodologia da Abordagem

O reconhecimento do problema da violência como um problema de todos, e, portanto, do Estado, de um lado desafia antigos conceitos e mitos que delegavam ao homem poder e à mulher exigiam submissão, nos marcos da família e, de outro, trazem a público as conseqüências e perdas sociais causadas pela violência.

Este é o fator mais importante e atual na formulação de políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero nos diferentes campos – jurídico, social, de saúde, de segurança, entre outros. Conhecer e reconhecer estas transformações abre um novo horizonte para a atuação nos serviços públicos.

A construção social das relações de gênero tem se dado de forma a determinar a existência e reprodução dos papéis masculino e feminino. Estes papéis têm atribuído a mulheres e homens posições sociais excludentes e hierarquizadas e, por conseqüência, violentas. Ainda que as mulheres tenham conquistado avanços significativos no campo dos direitos, persistem como uma categoria social que é alvo de violências por parte das pessoas que lhes são mais próximas – maridos e ex-maridos, companheiros e ex-companheiros, pais e padrastos.

Desde a adoção das primeiras políticas públicas, com o surgimento das Delegacias de Proteção à Mulher, até o momento atual, várias experiências demonstram a necessidade de consolidar e reformular conceitos originados em diferentes campos. As formulações de áreas diversas devem dialogar para constituir uma linguagem comum na abordagem da violência. A desnaturalização da violência, a construção de novos paradigmas para as relações entre homens e mulheres, o reconhecimento de conflitos e tensões originados na imposição social dos papéis de gênero, a perspectiva da negociação e da intervenção do Estado e da sociedade na mediação destes conflitos constituem um campo ético e conceitual trazido pela crítica feminista, enriquecido pela experiência dos profissionais das diferentes áreas – social, jurídica, de saúde, de segurança – através do diálogo, e que deve ser compartilhado. Com este novo olhar, a abordagem sobre o problema da violência nas famílias e nas relações interpessoais ganha uma nova perspectiva no que tange à atuação dos agentes públicos e serviços.

1. A violência doméstica e de gênero não respeita fronteiras de classe, raça/etnia ou geração.

Atravessa toda a sociedade e é encontrada em padrões semelhantes em diferentes países. Estudos mundiais relacionam uma média de 1/4 mulheres entre as vítimas de violência em diferentes sociedades. Uma observação da demanda do atendimento em serviços públicos no Brasil indica que as camadas médias e altas da população utilizam menos estes serviços, seja pela vergonha de denunciar e expor-se, seja por ter acesso a diferentes alternativas. Esta percepção é fundamental para o diagnóstico da violência, compreendida como um fenômeno universal.

2. Não basta proporcionar meios de sobrevivência para que ocorra o rompimento da relação violenta.

Os códigos de gênero estão profundamente arraigados nas dimensões política, social e cultural, e na reprodução de identidades e subjetividades, levando à complexidade do problema da violência doméstica e de gênero. O contexto social ainda é mais favorável à manutenção das relações violentas entre homens e mulheres. É por isso que é preciso trabalhar em torno da abordagem integral, aliando a reestruturação de condições materiais à reestruturação afetiva, emocional e de fortalecimento da condição de cidadania das mulheres. A permanência em situação de violência implica em desgastes para os envolvidos e também para os profissionais que atuam nesta área, sendo necessário conhecimento e manejo dos aspectos cíclicos do processo de violência. Um dos desafios deste trabalho é atingir e estabelecer mudanças nas construções sociais de identidades e subjetividades.

3. A autogestão do espaço de moradia é importante para promover a construção de autonomia.

É importante responsabilizar a clientela como sujeito de suas ações e promover deslocamentos do lugar de vítima, desconstruindo uma condição de passividade. De outro lado, construir um código de convivência coletiva visa despertar a solidariedade e a humanização do espaço.

4. Resgatar um espaço próprio das crianças.

A demanda das crianças é diferenciada da demanda da mulher em situação de violência, em vários aspectos. É fundamental reconhecer e valorizar vínculos próprios dos filhos em relação ao pai, preservando os aspectos saudáveis desta relação. O programa deve também promover a recreação e respeitar os aspectos lúdicos da infância, preservando limites e momentos de brincar, se relacionar com amigos e manter, no que é possível, as atividades escolares e sociais. Não sobrecarregar a criança com responsabilidades para as quais não está madura.

5. Promover a escuta não julgadora.

Seja reconhecendo os aspectos relacionais da violência e, portanto, incluindo a fala masculina, seja ampliando os relatos de vivências de violência, através de grupos focais e trocas de experiências, legitimando o relato e os sentimentos de cada um dos envolvidos.

6. A violência deve ser compreendida como relacional.

Corresponde a um padrão de interação do casal, como uma dança orientada pela adesão



de homens e mulheres aos papéis de gênero. Promover o questionamento do lugar, das interações e códigos e das expectativas que reproduzem a dependência emocional.

Ciclo da violência



7. Resgatar o desejo da mulher em direção a seu reconhecimento como sujeito.

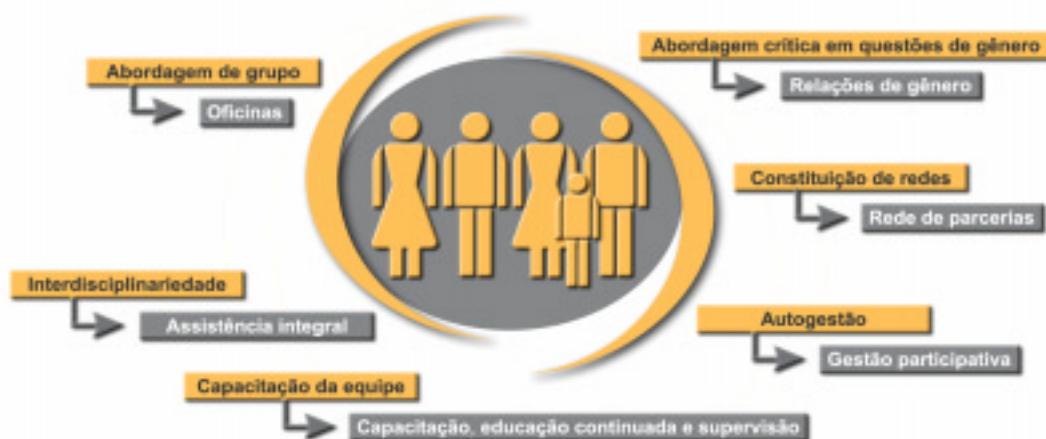
A vitimização reduz a capacidade da mulher de expressar seu desejo. O deslocamento do lugar da queixa para o lugar de sujeito desejante passa pela quebra da equação fechada "vítima x algoz". Esta é uma intervenção que pode vir a dar-se fora dos limites do programa, inclusive através de encaminhamentos a serviços adequados, na área de saúde, e que compreendam suporte psicológico à mulher, seus filhos e demais envolvidos no problema.

Ações Programáticas

Considerando a importância da abordagem integral, atuando sobre os diferentes aspectos e repercussões da vivência de violência, a moradia protegida deve reunir e/ou articular recursos e programas.

O atendimento a mulheres em situação de violência com risco de vida deve articular e promover ações de assistência que respondam às necessidades de:

- **Educação e promoção à saúde física e mental** das mulheres e seus filhos menores sem violência;
- **Promoção e inserção profissional**, através da articulação com rede de parceiros da área social e de atividades internas voltadas para a capacitação profissional, a fim de preparar as mulheres para a inclusão no mercado de trabalho;
- **Acesso à justiça** e à promoção da cidadania;
- Promoção de estratégias de **acesso à moradia**;
- Promoção da **inserção escolar e ações pedagógicas** recreativas e reflexivas aos seus filhos menores sobre sua vivência em uma família em situação de violência.



Estratégias de Ação

As estratégias de ação constituem-se em atividades que concretizarão os objetivos geral e específicos assumidos pelas Casas-abrigo.

- **Interdisciplinariedade** - organização da equipe e estruturação da intervenção de forma interdisciplinar, visando uma **assistência integral**;

- **Constituição de redes** - articulação dos serviços, através do estabelecimento de uma **rede de parcerias**, tais como: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Conselhos de Direitos da Mulher, Centros de Atendimento à Mulher, Rede de Saúde, Hospitais, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Agências de Emprego, Polícia Militar e rede social, dentre outros;

- **Autogestão** - promoção de **gestão participativa** e tomada de decisões coletivas na organização dos serviços por parte da equipe da moradia protegida em conjunto com as mulheres acolhidas. As usuárias devem ter espaço reservado para discutir e promover mudanças nas ênfases do trabalho, sugerindo temas e questões que considerem mais interessantes e adequadas a seu momento de reflexão. Este processo deve ser desenvolvido com a participação direta das usuárias,



propondo um código de convivência, através de regimento interno, e avaliações sobre o ambiente, atividades e resultados.

- **Capacitação da equipe** - promoção da **capacitação, educação continuada e supervisão** da equipe interdisciplinar dentro da ótica da violência de gênero.

- **Abordagem de grupo** - promoção de **oficinas**, onde as mulheres possam trabalhar coletivamente a situação de violência vivida e reconstruir sua auto-estima.

- **Abordagem crítica em questões de gênero** - repensar as **relações de gênero**, a cultura machista, a violência social e o poder dos homens sobre as mulheres, revisando valores e promovendo o diálogo e a negociação nas relações.

Considerações acerca do caráter sigiloso do endereço e da segurança

Uma vez que as Casas-abrigo devem inserir-se em uma **rede de serviços**, seu papel deve estar identificado como serviço de retaguarda. Devem estar estabelecidos os papéis de **porta de entrada e orientação**, a cargo das Delegacias de Proteção a Mulher, Centros de Referência e Orientação Jurídica, organizações não-governamentais, Conselhos de Direitos, etc.

O caráter sigiloso do serviço de moradia protegida deve ser preservado através de algumas medidas preventivas como a não divulgação do endereço em listas telefônicas ou outros indicadores públicos: meios de comunicação social, publicações e outros.

O sigilo do endereço exige a presença de um serviço de vigilância de 24 horas, seja ele provido pelo próprio município ou estado, ou contratado. A dificuldade das moradoras no deslocamento e acesso a outros serviços torna imprescindível um suporte operacional de transporte.

Para que se viabilize o acesso à Casa-abrigo, informações e divulgação pública devem ser papéis desenvolvidos pelos serviços de referência na área policial (Delegacias da Mulher ou outras), na área jurídica (Centros de atendimento e Defensorias Públicas, entre outros), na área de saúde (Unidades Básicas de Saúde, serviços de emergência e hospitais), na área de proteção à infância e adolescência (Promotorias, Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente) e outras organizações da sociedade civil comprometidas com a questão da mulher e direitos humanos.

A proteção pessoal da mulher e seus filhos menores, fora dos limites físicos da Casa-abrigo, é de competência da Polícia local.

A garantia de sigilo e segurança da Casa-abrigo constituirá cláusula do Termo de Convênio. A sua inobservância implicará na denúncia do Convênio a qualquer tempo.

Padrão Mínimo de Implementação

Com o objetivo de preservar a qualidade do atendimento nos serviços prestados, estabelecemos como referência de padrão mínimo de recursos necessários à implementação de Casas-abrigo, resguardando as Normas Técnicas cabíveis¹, as indicações a seguir:

¹ Conforme normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

I. Recursos Humanos

A constituição e o fortalecimento de uma equipe interdisciplinar está vinculada ao desenvolvimento de estratégias de ação que qualifiquem os profissionais e os preparem para um acolhimento e abordagem humanizada, baseada em condutas adequadas e informadas pelos aspectos éticos e de compromisso com o resgate da auto-estima e cidadania de cada uma das pessoas atendidas.

Para isso é necessário um programa permanente de capacitação, promovendo o conhecimento e a adesão do profissional à metodologia da abordagem, e permitindo que as vivências e frustrações pessoais possam ser elaboradas de forma saudável no coletivo da equipe. O diálogo entre os profissionais de diferentes formações e habilidades é essencial para a integração e a unidade dos procedimentos e orientações. A prática interdisciplinar exige a divisão de tarefas e a percepção dos limites e competências de cada profissional, valorizando a liderança e o desenvolvimento de novos conhecimentos no processo de atendimento dos casos.

A avaliação periódica deve se adotar tanto como estratégia da equipe, para focar e sustentar uma orientação coletiva, como a avaliação através de supervisão técnica e mecanismos de controle social.

a) Equipe interdisciplinar permanente: Profissionais de nível superior que atendam às áreas de saúde física, mental e promoção de cidadania. Acrescenta-se a necessidade de uma coordenadora para a casa-abrigo. Estes profissionais devem estar lotados na Casa-abrigo e fazer parte da equipe permanente.

Sugestão de quadro mínimo

Psicóloga(o)

Assistente Social

b) Equipe de apoio técnico: Profissionais de nível superior, que dêem suporte às áreas de nutrição, pedagógica e educação continuada à equipe, assim como garantir orientação e assistência jurídica às moradoras da Casa-abrigo pela defensoria Pública do Estado, e na falta desta por Advogados designados pela seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Universidades e órgãos afins. Estes profissionais poderão estar vinculados a outros serviços, atuando em tarefas específicas junto à Casa-abrigo.

Sugestão de quadro mínimo

Nutricionista

Pedagoga(o)

Enfermeira(o)

Advogada(o)

c) Equipe operacional: Profissionais de nível médio e/ou básico que atuem no provimento da infra-estrutura.

Sugestão de quadro mínimo

Agente Administrativo

Cozinheira(o)

Auxiliar de Conservação e Limpeza

Vigilante

Motorista



II. Recursos Materiais

a) Imóvel de dimensões adequadas para abrigar o número estabelecido de mulheres e seus filhos de menor idade, em local que favoreça a segurança e o sigilo e considerando-se a necessidade de:

- Localização do abrigo, de preferência em área residencial, não contando com presença aparente de guaritas, placas de identificação, podendo oferecer um ambiente discreto e propício.
- Espaço para dormitórios, onde a mulher possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade.
- Espaços de convivência coletiva (salas de reuniões, grupos e oficinas).
- Espaços para o refeitório e cozinha coletivos.
- Espaço para recreação das crianças, preferencialmente contando com áreas externas.
- Local adequado ao atendimento de primeiros socorros, guarda de medicamentos e outras ações de profilaxia em saúde.
- Espaço para lavanderia coletiva.
- Dependências sanitárias compatíveis com o número de pessoas abrigadas.
- Adequação da estrutura do imóvel aos portadores de necessidades especiais².

b) Infra-estrutura administrativa de comunicação e de transporte.

Formulário de Adequação ao Protocolo de Orientações e Estratégias para a Implementação de Casas-abrigo

Casa Abrigo: [nome]

Vinculação Institucional

Tamanho da Construção (m2)

Capacidade de Atendimento de mulheres

Capacidade de Atendimento de filhos

Existe desde³

² Determinação da Lei nº 10.098 de 19/12/2000 e da NBR-9050 da ABNT.

³ É imprescindível para pedidos de manutenção que a Casa-abrigo esteja em pleno funcionamento. Esta é uma obrigatoriedade das Diretrizes de Apoio Financeiro a Projetos de Casas-abrigo.

Recursos Humanos – Preencha com o quadro existente em sua Casa-abrigo⁴

Profissionais	Permanente	Apoio	Operacional

Recursos Materiais

	SIM	NÃO
O imóvel é próprio?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dormitório oferece privacidade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há sala de reuniões/ trabalhos de grupos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe refeitório coletivo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conta com cozinha coletiva?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conta com áreas externas para recreação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há sala para primeiros socorros e guarda de medicamentos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existe lavanderia coletiva?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As dependências sanitárias são adequadas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há infra-estrutura administrativa e de comunicação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Possui transporte próprio?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O imóvel está adequado aos portadores de necessidades especiais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁴ Esse item é imprescindível para o conhecimento dos profissionais que trabalham ou irão trabalhar na Casa-abrigo. Preencha a primeira coluna com a função (ex: psicóloga, cozinheira etc), na segunda coluna especifique marcando com um X se o profissional é Permanente, Apoio ou Operacional - conforme especificações do Termo de Referência. Mesmo os profissionais que não estão listados no Termo de Referência devem ser incluídos.



Metodologia

	SIM	NÃO
Existe equipe interdisciplinar/Assistência integral?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conta com articulação dos serviços em rede?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realiza avaliação periódica do trabalho?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realiza capacitação/supervisão da equipe sob a ótica de gênero?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qual o fluxo de atendimento adotado?		
Realiza acompanhamento após o período de moradia protegida?		
Produz relatórios periódicos sobre os atendimentos realizados?		
Qual o impacto do serviço perante a comunidade?		
Existe alguma base de dados referente à avaliação do trabalho desenvolvido pela Casa-abrigo?		

Dados Gerais

	Número
Populacionais ⁵	
Localização Geográfica ⁶	
Violência ⁷	

⁵ Dado referente ao tamanho da população, destacando também o tamanho da população feminina e a porcentagem relativa.

⁶ Por localização geográfica entende-se a região que tem/terá instalada uma Casa-abrigo para acolher mulheres vítimas de violência. Dados de Mapa.

⁷ Por dados da Violência entende-se os números da violência perpetrada contra as mulheres registrados na Região, Município e/ou Estado com sua respectiva FONTE (Origem dos Dados) e data. Podem ser dados publicados pela mídia ou organizações de pesquisa, etc.

Dados da Rede Institucional/ Parcerias

Instituição	Existe ⁸		Articulação ⁹	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Delegacia da Mulher	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Defensoria Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Universidades e/ou Faculdades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ONG's	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Movimento de Mulheres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hospitais que ofereçam serviço especializado para estas mulheres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Postos de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas de atendimento à mulher	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programas sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselhos Tutelares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Polícia Militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agências de Emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Secretarias Municipais [especificar]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Secretarias Estaduais [especificar]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros: [especificar]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros: [especificar]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

⁸ Existência do serviço na região, município e/ou Estado.

⁹ Existência de articulação da Casa-abrigo com o serviço/instituição.



Sobre os autores

● **Benedito Medrado** – Psicólogo Social, doutor pela PUC/SP, com estágio em pós-graduação na Universidade Autônoma de Barcelona. Coordenador da Secretaria Nacional da Rede Brasileira do Laço Branco. Integra a coordenação Colegiada do Instituto PAPAÍ (www.papai.org.br).

● **Heleieth Iara Bongiovani Saffioti** – Socióloga, professora aposentada, pesquisadora na PUC-SP, USP e UFRJ, pós-doutorada na França e pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique, 1984. Dez livros publicados e centenas de ensaios e colaborações em publicações no mundo inteiro.

● **Jorge Lyra** – Psicólogo Social, mestre pela PUC/SP. Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Gênero e Saúde da Rede Norte-Nordeste de Estudos sobre a mulher e Gênero (REDOR). Integra a Coordenação Colegiada do Instituto PAPAÍ e a Campanha do Laço Branco.

● **Marcia Camargo** – Jornalista, RP 5836/FENAJ 3802. Fundadora da Casa de Apoio Viva Maria (1992/7) e coordenadora do Comitê Gestor do Programa de Assistência às Vítimas de Violência Sexual – Secretaria da Saúde da Prefeitura de Porto Alegre – Assessoria de Planejamento (1996/9). Consultora da OMS/OPAS, em 2000, na Venezuela e da UNESCO – Ministério da Justiça – CNDM (1997/8). Membro da Câmara Temática de Acidentes e Violências (1998/2002) e consultora do Ministério da Saúde na Implantação do Programa de Prevenção de DSTs e HIV nos casos de Violência Sexual (2001/3). Autora de vários trabalhos e livros publicados. Assessorou os governos de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pará, Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Gravataí, entre outros.

● **Silvia de Aquino** – Socióloga, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) desde 1996 e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

● **Sueli Carneiro** – Filósofa, diretora do Programa de Direitos Humanos do Geledés – Instituto da Mulher Negra, conselheira em várias instâncias nacionais do movimento feminista, do movimento de mulheres negras e de direitos humanos. Integra o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula (2003).

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres



**Programa de Prevenção,
Assistência e Combate à Violência
Contra a Mulher - Plano Nacional**

**Diálogos
sobre
Violência
Doméstica
e de Gênero**
Construindo
políticas
públicas

**Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres
Governo Federal**